

**O Projeto KAZA (Okavango – Zambeze) como impulsionador do
desenvolvimento local e regional?**

Katiana Dias Fernandes da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora:

Prof. Doutora Maria de Fátima Ferreiro, Professora Auxiliar

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2018

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de frequentar este mestrado!

À Prof. Fátima, pela paciência, orientação e encorajamento.

Aos meus avós Nobre, Ester e Maria, pelos ensinamentos.

Aos meus pais, irmãos, sobrinhos e amigos pelo suporte e pela força.

Ao Sr. Américo e ao Sr. Chipita da ACADIR (Menongue), por me terem despertado
para este grande projeto.

A todos, o meu obrigado!

RESUMO

O KAZA TFCA, Área Transfronteiriça de Conservação do Okavango Zambeze, pretende, através da utilização responsável dos recursos da bacia do Okavango para fins turísticos, a conservação da biodiversidade e o fomento do desenvolvimento sustentável da região. Tratando-se de um projeto de cooperação regional entre Angola, o Botswana, a Namíbia, a Zâmbia e o Zimbabwe, de iniciativa dos seus respetivos governos centrais, este estudo pretende centrar-se na discussão a nível das consequências, dos benefícios e dos potenciais impactos da implementação do mesmo para as comunidades locais do território angolano em questão, nomeadamente os povos Cuando Cubango, à luz dos conceitos de Desenvolvimento Local e Turismo Sustentável, sabendo-se à priori a complexidade do tecido humano da região e suas identidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Sustentável, Turismo Sustentável, Cooperação Regional, Comunidade Local

ABSTRACT

KAZA TFCA, Transfrontier Conservation Area of the Okavango Zambezi, aims the conservation of the biodiversity and to promote the sustainable development of the region through responsible use of the Okavango basin resources for tourism purposes. Once it is a regional cooperation project between Angola, Botswana, Namibia, Zambia and Zimbabwe, and it comes from the initiative of their respective central governments, this study intends to focus on the discussion of consequences, benefits and potentials impacts of KAZA implementation on Angolan local communities, namely on Cuando Cubango communities, based on Local Development and Sustainable Tourism concepts, previously knowing the complexity of region's communities background as well as themselves identities.

Key words: Local Development, Sustainable Development, Sustainable Tourism, Regional Cooperation, Local Community

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACADIR - Associação de Conservação do Ambiente e Desenvolvimento Integrado Rural

ACT – Área de Conservação Transfronteiriça

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DL – Desenvolvimento Local

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DS – Desenvolvimento Sustentável

ECCAS - Comunidade Económica dos Estados da África Central

ET – Ecoturismo

GGC - Gulf of Guinea Commission

KAZA TFCA – Kavango Zambezi Transfrontier Conservation Area

MBAKITA - Missão de Beneficência Agropecuária Inclusão Tecnologias e Ambiente

MINTUR – Ministério do Turismo (Angola)

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OKACOM - Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODESI - Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

TBC – Turismo de Base Comunitária

TFCA- Transfrontier Conservation Area

UA – União Africana

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UNWTO – United Nations World Tourism Organization

VIH - Vírus da Imunodeficiência Humana

ÍNDICE

RESUMO.....	II
ABSTRACT.....	III
GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	IV
1. INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I: REVISÃO DE LITERATURA.....	5
2. TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	5
2.1. TURISMO COMO IMPULSIONADOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL.....	5
2.2. GRANDES TENDÊNCIAS MUNDIAIS DO TURISMO.....	8
2.3. TURISMO REGIONAL: EVIDÊNCIAS DO CONTINENTE AFRICANO.....	11
2.3.1. <i>Turismo em Angola</i>	13
3. TURISMO E DESENVOLVIMENTO: CONCEITOS E CONTEXTOS.....	15
3.1. TURISMO.....	15
3.1.1. <i>Turismo: Definição e Evolução do Conceito</i>	15
3.1.2. <i>Turismo Sustentável</i>	19
3.1.3. <i>Novas formas de Turismo</i>	21
3.2. DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO REGIONAL.....	25
3.2.1. <i>Breve contextualização do conceito de Desenvolvimento</i>	26
3.2.2. <i>Desenvolvimento Sustentável</i>	28
3.2.3. <i>Desenvolvimento Local</i>	29
PARTE II: OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	31
4. METODOLOGIA.....	31
4.1. MOTIVAÇÃO.....	31
4.2. FORMULAÇÃO DA PERGUNTA DE PARTIDA E MODELO DE ANÁLISE.....	33
4.3. O ESTUDO DE CASO.....	34
4.3.1. <i>Pesquisa de Terreno</i>	35
4.3.2. <i>Outras Fontes</i>	37
4.4. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO.....	37
PARTE III: ESTUDO DE CASO.....	38
5. ESTUDO DE CASO: PROJECTO TURÍSTICO KAZA, ANGOLA.....	38
5.1. ANGOLA E O CUANDO CUBANGO.....	38
5.1.1. <i>Caracterização do Território: Angola versus Cuando Cubango: De Terras do Fim do Mundo a Terras do Progresso</i>	38
5.1.2. <i>Caracterização socio-etno-cultural: As gentes do Cuando Cubango</i>	40
5.2. O PROJETO OKAVANGO – ZAMBEZE.....	41
5.2.1. <i>Apresentação do projeto TFCA Okavango - Zambeze</i>	42
5.2.2. <i>O Território do KAZA TFCA</i>	49
5.2.3. <i>Angola e o KAZA TFCA</i>	50
5.2.3. <i>Análise SWOT</i>	51
PARTE IV: ANÁLISE DE RESULTADOS.....	54
6. REFLEXÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
7. BIBLIOGRAFIA.....	57
OUTRAS FONTES:.....	59
ANEXOS.....	61
ANEXO A. VISITA AO TERRENO: MENONGUE, CUANDO CUBANGO - SETEMBRO 2015.....	61
ANEXO B. VISITA AO TERRENO: MENONGUE, CUANDO CUBANGO – ABRIL 2016.....	61
ANEXO C. GUIÃO DA VISITA AO TERRENO: MENONGUE, CUANDO CUBANGO – ABRIL 2016.....	1
ANEXO D. OKACOM, REUNIÃO DO GRUPO DE REFERÊNCIA, MENONGUE, ANGOLA.....	1
ANEXO E. MAPA DO KAZA TFCA.....	4
ANEXO F. <i>COMMUNITY BASED ORGANIZATIONS IN KAZA TFCA</i>	5

1. INTRODUÇÃO

O atual contexto internacional, sugere uma reflexão cuidadosa e aprofundada sobre os novos desafios do desenvolvimento e os seus potenciais vetores. Neste prisma, nos últimos anos o turismo sustentável tem sido fortemente evidenciado pela ONU¹ e pelos próprios governos nacionais a nível mundial, como um dos impulsionadores de desenvolvimento preferenciais, tendo-se celebrado em 2017 o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento², alinhado com a Agenda 2030³ dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No âmbito do curso de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, vertente Diversidades Locais e Desafios Mundiais, este estudo pretende abordar a problemática do Desenvolvimento Local e Sustentável, via Turismo Sustentável, com base num estudo de caso – O projeto de Turismo Sustentável da Área Transfronteiriça de Conservação do Okavango Zambeze (KAZA TFCA).

Das teorias puramente economicistas a uma abordagem mais complexa, integradora de diferentes dimensões de análise, o conceito de desenvolvimento reconhece hoje diferentes formas e diferentes condutores dos próprios processos de desenvolvimento. Dentre os novos motores de desenvolvimento, o turismo sustentável e as suas potencialidades, têm sido inúmeras vezes enunciado e experienciado em diferentes panoramas socioeconómicos. Esta visão tem sido reforçada pelo rápido crescimento quantitativo e qualitativo do sector do Turismo que se tem observado desde a segunda metade do século XX.

A emergência dos conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Local surge das críticas Pós-Desenvolvimentistas do século XX e da renovação do conceito de desenvolvimento (Amaro: 2003). O primeiro, nasce do Relatório Brundtland (1987), com a Cimeira da Terra no Rio de Janeiro (ONU, 1992) a reafirmar a necessidade de colocação desta temática na agenda política internacional. O Desenvolvimento Sustentável sustenta-se simultaneamente no princípio da satisfação das necessidades das comunidades assim

1 ONU – Organização das Nações Unidas.

2 UN Resolution A/RES/70/193.

3 Agenda 2030 – ONU: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

como na premissa de solidariedade intergeracional, isto é, a satisfação das necessidades atuais das populações não deve pôr em risco a satisfação das necessidades das gerações futuras, numa perspetiva económica, social e ambiental de longo prazo, reforçadas pelo contributo das reformulações da Cimeira de Joanesburgo (2002). O Desenvolvimento Local, associado ao paradigma da territorialidade, nasce nos anos 90 do século anterior, da reflexão e reformulação das dinâmicas dedutivas e indutivas da experiência dos atores locais, da teoria para a prática e da prática para a teoria, sendo que a base reside nas duas linhas orientadoras: a promoção das comunidades e a animação dos territórios.

Paralelamente ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, o Turismo Sustentável tem a sua origem no relatório de Brundtland (1987), com a preocupação sobretudo da manutenção e conservação dos recursos naturais. O Turismo Sustentável, enquanto sector e atividade pode ser um elemento diferenciador e promotor do desenvolvimento local, beneficiando as comunidades locais e regionais, através da criação de oportunidades e geração de valor para os territórios implicados no processo. O Turismo Sustentável pode estimulador deve ser analisado de forma multidisciplinar, uma vez que é dependente de variados fatores materiais e imateriais e, paradoxalmente, a sua condução tem implicações positivas e/ou negativas no meio onde se exerce nos seus vários sectores. A sua sustentabilidade vai além da conservação ambiental e da preservação e respeito pelas identidades locais.

O desenvolvimento do Turismo numa determinada região fomenta a criação de oportunidades de investimento, nacional e estrangeiro e, conseqüentemente, a criação de novos postos de trabalho, permitindo o aumento do emprego e maior inclusão social. A questão fundamental reside na definição do modelo de turismo, do grau desejável de investimento e da legislação necessária para a proteção do meio, dos ecossistemas e das suas comunidades. O Turismo pode induzir a consideráveis benefícios para as comunidades e o Desenvolvimento Sustentável e Sustentado das regiões, sem destruição ambiental, social e cultural, desde que a sua conceção e a sua condução assim o proporcionem.

Os recursos naturais e culturais, são hoje considerados um dos principais ativos do Turismo Internacional, com especial atenção ao sul do continente africano, donde existem algumas reservas naturais e da biodiversidade mundialmente reconhecidas.

O KAZA surge da cooperação transfronteiriça entre cinco países: Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe; motivada pela preocupação dos governos dos mesmos na preservação das reservas naturais nas bacias dos rios Okavango e Zambeze e da promoção do Turismo Sustentável como subproduto e alavanca do Desenvolvimento Local e Regional⁴, na medida em que se tratam de subterritórios localizados nos 5 países acima referidos. Nesta investigação pretende-se analisar os possíveis impactos da implementação do projeto, tal como concebido, nas comunidades do sul de Angola, na província do Cuando Cubango, uma vez que se trata de um projeto ainda em fase de implementação no território angolano. Pretende-se, à luz dos conceitos de Desenvolvimento Local e Sustentável, Turismo Sustentável e Cooperação Regional, averiguar em que medida o desenvolvimento do KAZA pode beneficiar positivamente as comunidades da região do Cuando Cubango, melhorando as condições e a sua qualidade de vida, passando pela reflexão a nível das diversas dimensões do Desenvolvimento: económica, social, ambiental, cultural, local e territorial. Realça-se ainda a contribuição da implementação do projeto na problemática da capacitação do capital humano na região, sendo que este pode ser um dos desafios da sua implementação. Nesta dissertação pretende-se abordar os benefícios versus perigos da execução do programa, assim como as fragilidades inerentes à própria conceção do KAZA, preservando o foco no bem-estar da comunidade.

Acresce ainda auferir o grau de participação e o envolvimento dos diversos stakeholders do programa, as formas de governança e o tipo parcerias que se estabelecem, assim como o nível de cooperação regional e o compromisso dos estados na sua execução, nomeadamente no que concerne à ação de Angola no contexto regional e a intervenção do estado angolano e suas instituições na definição das prioridades e necessidades da região do Cuando Cubango, província angolana inserida na região referenciada.

O Cuando Cubango, anteriormente designado Kuando Kubango, é uma província angolana situada no sudeste de Angola, é um território que se apresenta com enormes desafios desde a altura da guerra civil angolana datada da altura da independência de Angola, que durou cerca de 30 anos e dizimou povos, limitando o desenvolvimento da

4 Nesta dissertação a unidade “região” limita-se à zona compreendida pelos 5 países envolvidos no KAZA: Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

região. Porém esta região contempla inúmeros recursos hídricos, sendo o mais importante a bacia do rio Okavango, também designado Kubango ou Cubango, minerais como ouro e diamantes e um potencial agrícola relevante, sublinhando a produção local de arroz. Dentre os seus mais importantes recursos naturais encontra-se a Área de Conservação Transfronteiriça que incluem as reservas naturais de Luiana, Luengue, Mavinga e Mucusso, partes integrantes do KAZA.

Este relatório estará dividido em três partes:

- i. Na primeira parte, encontra-se a revisão de literatura e discussão da problemática do Turismo e Desenvolvimento, sua contextualização e relevância no panorama internacional atual;
- ii. Na segunda parte, descreve-se o caminho metodológico, sem o qual não seria possível a realização deste trabalho;
- iii. Na terceira parte, descreve-se e discute-se criticamente o estudo de caso, segundo os conceitos da Desenvolvimento Local e Turismo Sustentável.

Esta investigação é limitada ao território angolano, assim com no papel dos seus atores nacionais e nas comunidades locais da região angolana em causa.

PARTE I: REVISÃO DE LITERATURA

2. TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1. Turismo como impulsionador de Desenvolvimento Local e Regional

Durante décadas, o desenvolvimento dos países era confundido e medido pelo seu crescimento económico, sendo a taxa de crescimento do PIB a medida de referência. Com o contributo de vários autores, a temática do Desenvolvimento vem sofrendo profundas renovações, tomando novas dimensões, à medida que os desafios do mundo contemporâneo também apresentam diferentes contornos. Os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Local, surgem como consequência destas discussões e das contribuições que vêm sendo acrescentadas, tomando um papel fundamental na análise do projeto em causa.

Assim como o conceito de Desenvolvimento, também o Turismo, enquanto atividade e indústria, capaz de induzir efeitos diretos e indiretos a nível do Desenvolvimento das regiões, vem sofrendo alterações ao longo dos tempos. O Turismo Sustentável, assente no princípio de preservação dos recursos naturais, culturais, patrimoniais, sociais, económicos, ambientais e identitários para as gerações futuras, numa perspetiva multidisciplinar, multisectorial e de inclusão dos diferentes stakeholders, pode constituir um meio eficaz de criar oportunidades e benefícios para as comunidades locais.

O conceito de Desenvolvimento vem agregando novos vetores e dimensões conceptualmente relevantes, nomeadamente as dimensões social, económica, ambiental, territorial, cultural, política e de conhecimento (Amaro: 2003), as especificidades das regiões e dos locais, associadas às dinâmicas dos processos de globalização mundial, sugerem igualmente a inovação dos próprios processos de Desenvolvimento. Neste prisma, os motores de Desenvolvimento mundial, regional, nacional ou local, não se limitam atualmente à tradicional visão economicista de geração de riqueza por via da industrialização e acumulação de capital. Eles são induzidos por outros estimuladores, de acordo com o capital humano, físico, social, tecnológico e científico disponível.

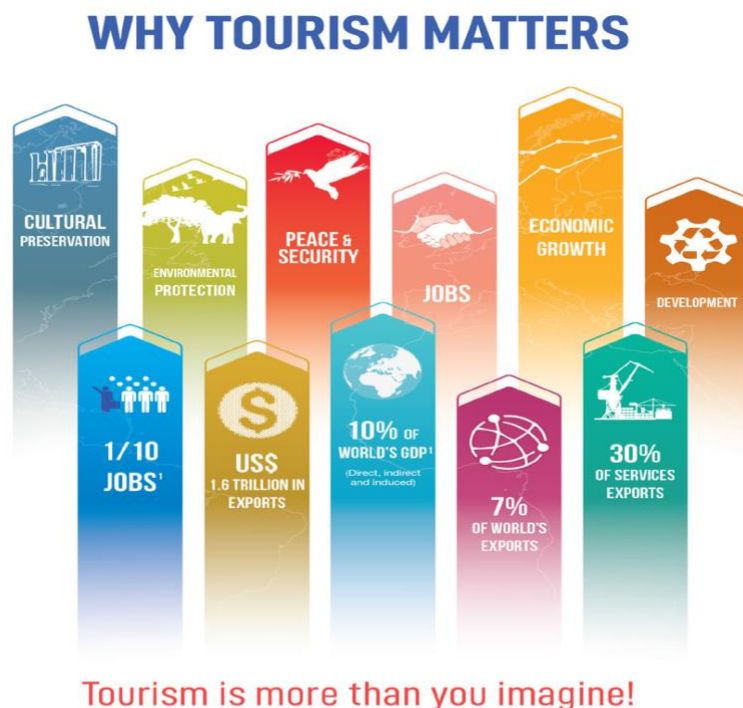
É importante ressaltar a delimitação da região para este contexto de reflexão, aquando da referência ao Desenvolvimento Regional, isto é, para esta dissertação é relevante o

KAZA impulsionador de Desenvolvimento Local e Regional?

conceito Local em ordem ao Cuando Cubango e suas comunidades e a região quando se refere ao espaço conjunto ocupado por Angola e seus parceiros de projeto.

O desenvolvimento do sector do Turismo numa região ou destino, promove a criação de emprego e o aumento do investimento, que resultam no aumentando a produção local e em consequência o rendimento das famílias ou comunidades. A atração de investimento público e privado, interno e externo, por via das oportunidades locais e regionais valorizadas pelo sector turístico, potencializa o desenvolvimento e a inovação dos serviços locais, a sua profissionalização e a diversificação dos sectores arrastados direta ou indiretamente pelo crescente do sector inicial. Esta diversificação funciona como chamariz de mão de obra qualificada e população ativa para as zonas de baixa densidade, contrariando as tendências de desertificação e assimetrias regionais, quando se pensa nas diferenças entre as zonas urbanas de grande concentração de recursos e as zonas de fraca concentração de pessoas.

Figura 1: Importância do Turismo



Fonte: UNWTO Tourism Highlights 2018 Edition

O Turismo pode ser um meio eficiente de combate ao fenómeno de desertificação e valorização do património local, utilizando-o para a melhoria das condições de vida dos habitantes, dinamizando as próprias comunidades de a produção local. Neste prisma, cada ator envolvido no desenvolvimento do sector representa um foco importante para a sustentabilidade do desenvolvimento. Por um lado, o estado enquanto garante animador de comunidades com fraca capacidade de iniciativa e investimento, deve assegurar o funcionamento das instituições. Por outro lado, as comunidades devem ser incluídas e participação no processo de desenvolvimento do Turismo, com a sensibilidade de valorização da sua cultura e dos ativos imateriais. Acresce também a preocupação de articulação entre os restantes stakeholders com o dois acima referidos, de modo a que o processo seja sustentável e sustentado, respondendo equitativamente às demandas dos vários intervenientes, priorizando a melhoria da qualidade de vida comunidades locais.

“o conceito de qualidade vida substituiu a ideia da riqueza como o objetivo dominante do desenvolvimento societal. A noção abrangente e multidimensional de qualidade de vida alargou a perspectiva do desenvolvimento societal levando a considerar não apenas os aspectos económicos, mas também as preocupações sociais e ecológicas. Hoje, o conceito de qualidade de vida constitui provavelmente o enquadramento teórico mais proeminente e mais largamente utilizado para avaliar as condições e vida numa sociedade” (Berger-Schmith 2000:2 citando Pinto, T. 2004:119)

Assumindo a linearidade do processo de desenvolvimento desta atividade em prol do Desenvolvimento Local e Regional, a aposta neste sector pode levar à transformação dos ativos materiais e imateriais disponíveis nas comunidades em atrativos turísticos, donde os retornos gerados pela sua utilização, contribuem para o empoderamento das mesmas e das instituições locais.

O Desenvolvimento Local por via do Turismo Sustentável pode ser atingido porque por um lado, o *take-off* da produção local e incentiva o aparecimento de pequenas empresas. Propiciam também o aparecimento de cooperativas de artesanato e a valorização de bens tradicionais da comunidade. A alteração da dinâmica, impactará as necessidades de ligação entre centros urbanos e entre estes e os meios rurais ou zonas de baixa densidade. O novo contexto, carece também de escolas e centros de formação, para preparação de

mão de obra qualificada, hospitais, órgãos institucionais e de regulação. O Turismo pode funcionar como um meio eficiente de inclusão das populações com mais carências na dinâmica económica da região. Para que o Turismo seja um agente de mudança e Desenvolvimento, é necessária uma base institucional sólida, legislação ajustada e uma boa articulação entre as instituições e a comunidade.

Não existe turismo sem atrativo turístico. Pese embora o forte potencial do sector turístico, capaz de gerar benefícios dos ativos da comunidade, trazendo benefícios para comunidade, que cooperam para o objetivo de desenvolvimento local, sustentável, com impacto positivo no território, nas regiões adjacentes e, por efeito multiplicador, nos diversos sectores da sociedade, pode ter impactos negativos ou indesejados quando o planeamento não é elaborado com conhecimento da realidade local e suas comunidades. O Desenvolvimento por via do Turismo pode acarretar custos pesados para a identidade ou as identidades locais.

A crítica em torno da teoria do Turismo Global e Local ao serviço do Desenvolvimento Local Sustentável e Sustentado, foca-se na verificação da parcialidade do sector face ao sistema hegemónico neoliberal, apesar da tentativa dos países e comunidades de planeamento e desenvolvimento de novos destinos e produtos turísticos, como forma de dinamização e desenvolvimento integrado dos mesmos (Giampiccoli, 2014).

2.2 Grandes tendências mundiais do turismo

O Turismo, é um dos sectores com maior taxa de crescimento a nível mundial. As estatísticas mundiais mostram uma continuidade na sua expansão a par do aparecimento de novas geografias, alternativas à Europa e Américas, consideradas ainda os destinos turísticos preferenciais. Nos últimos 60 anos, o número de chegadas de turistas internacionais aumentou de 25 milhões (1950) para 1.235 milhões (2016) e 1.326 milhões em 2017, resistindo às tendências mundiais de crescimento provocadas pelos choques inerentes às últimas crises financeiras internacionais⁵. Dados recentes sugerem que atualmente 1 em cada 10 empregos são suportados pelo sector turístico, o que corresponde a que o Turismo gere a cerca de 30% das exportações globais de serviços, bem como

5 UNWTO Tourism Highlights, 2017 Edition.

10,2% do PIB mundial⁶. Em alguns países em desenvolvimento e regiões insulares, o Turismo toma o lugar do sector mais importante em termos de receitas de exportação.

Apesar do Turismo ser suscetível de ser influenciado por fatores sociais, políticos, económicos e condições de segurança, donde esta variável detém crucial importância, a Organização Mundial de Turismo (OMT), prevê uma taxa de crescimento média anual do sector de 7% para os próximos anos, permanecendo a Europa no topo das preferências. Prevê-se uma taxa de crescimento da atividade turística no continente africano superior à média mundial, devido a fatores como a recuperação da estabilidade e da segurança no norte de África e uma procura crescente pelos novos destinos da África Subsaariana⁷.

Não só aumentou a oferta de destinos, sobretudo desde o início do século XXI, como se complexificou a procura e oferta de formas alternativas e diferenciadas de Turismo, como o Turismo Ecológico, o Turismo Rural, o Turismo Desportivo, o Turismo Aventura, o Turismo de Voluntariado, o Turismo Cultural, o Turismo de Base Comunitária, e a procura de destinos remotos, singulares e a procura de experiências únicas e de enriquecimento e conhecimento pessoal (Cunha; 2017: 303). As modificações no quadro de referencia do Turismo mundial, devem-se em grande parte pelos progressos observados a nível das tecnologias de informação, na crescente informatização e utilização da internet, que propiciam por um lado uma maior divulgação e promoção dos locais turísticos, e, por outro lado, a capacitação dos agentes que atuam do lado da oferta: agências e plataformas de viagens, hotéis e unidades de alojamento local, agentes de restauração, instituições e outros fornecedores de bens e serviços.

De referir também, a facilitação de ferramentas de gestão e organização trazidas pela revolução tecnológica e científica, que contribuem para a capacitação dos empresários e agentes locais e operadores turísticos, de modo a responderem eficientemente às necessidades e procura dos turistas. O desenvolvimento e crescimento do Turismo nas diversas geografias mundiais, deve-se em larga escala às mudanças das condições de trabalho da era moderna, os novos estilos de vida, a valorização das férias e do lazer, a

6 UNWTO (2018), *Tourism for Development – Volume I: Key Areas for Action*.

7 UNWTO *Tourism Highlights 2018 Edition*.

rapidez na divulgação da informação, as técnicas de marketing, a liberalização do mercado de aviação e a redução do custo de transportes.

Em 2015, dos resultados e das previsões de expansão do sector para as próximas décadas, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2017 como *Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento*, fundamentando-se na constatação da importância do sector como alavanca de Desenvolvimento Sustentável. O mote “2017 Ano do Turismo para o Desenvolvimento Sustentável” compreende três importantes dimensões: a económica; a social e a ambiental, em harmonia com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Segundo a Organização das Nações Unidas/UNWTO, o Turismo conduz ao Desenvolvimento por via de 5 pilares⁸:

- 1) Crescimento económico sustentável e inclusivo
- 2) Inclusão social, emprego e redução da pobreza
- 3) 3. Eficiência energética, proteção ambiental e alterações climáticas
- 4) 4. Valores culturais, diversidade e património
- 5) 5. Entendimento mútuo, paz e segurança

A adoção desta resolução pretendia a mudança de paradigma do Desenvolvimento, elevando o nome do Turismo Sustentável, colocando-o no topo da agenda política internacional, capaz de mobilizar os *stakeholders* (empreendedores, organizações não governamentais, de cooperação, sociedade civil, comunidades, academia), fomentar a mudança de políticas, as melhores práticas de negócios e a consciencialização dos hábitos dos turistas, para a dinamização do sector com vista ao alcance do Desenvolvimento Sustentável, inclusivo e partilhado. Pressupunha igualmente a utilização eficiente de recursos, o acautelamento dos riscos inerentes às alterações climáticas e à proteção dos ecossistemas, da biodiversidade, dos valores e tradições locais, para a obtenção do Desenvolvimento Sustentável, tanto quanto a preservação da paz e da segurança. Desta forma, caminhar-se-ia para aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

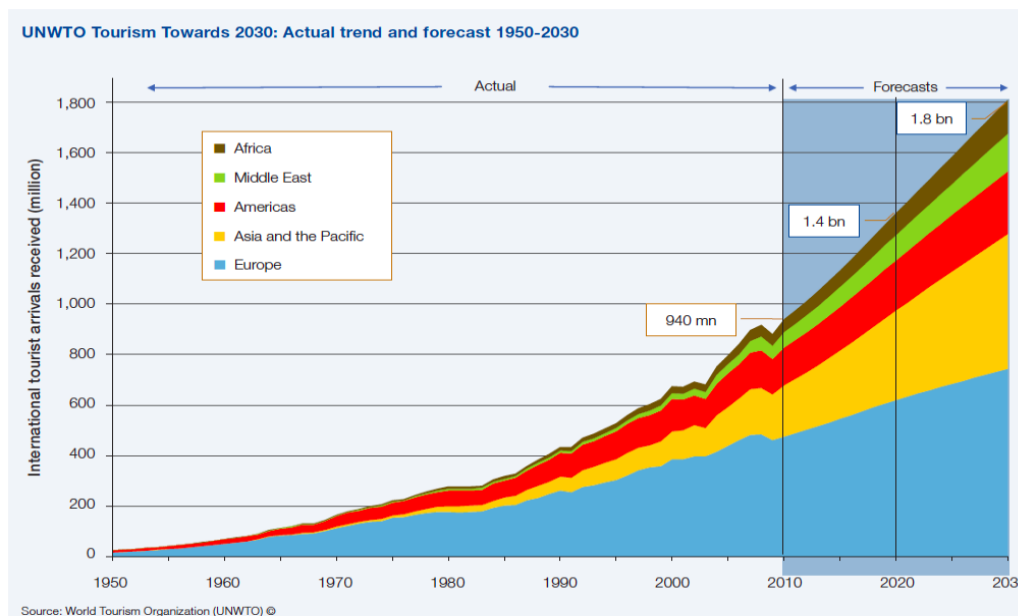
8 World Tourism Organization (2018), *Tourism for Development – Volume I: Key Areas for Action*, UNWTO, Madrid, DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284419722>.

2.3. Turismo Regional: Evidências do continente africano

A 1ª aspirações da agenda 2063 da União Africana “*The Africa We Want*”, aponta como objetivo a obtenção de uma “África próspera com base no Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável”, donde o Turismo se afigura como uma das áreas prioritárias⁹.

Segundo os relatórios anuais da OMT, o continente segue a tendência mundial, com taxas de crescimento do sector turístico a apontar para os 7% e os 9% em 2016 e 2017 respetivamente¹⁰, no que se refere ao número de chegadas de turistas internacionais em África, equivalente a cerca de 63 milhões de chegadas internacionais em 2017, segundo dados fornecidos pelos próprios países. Os destinos mais populares da região Subsaariana são o Kenya, a Costa do Marfim, as Maurícias e o Zimbabwe. A nível insular destacam-se Cabo Verde, Seychelles e Reunião, beneficiadas pela procura de turistas da Europa e a melhoria das ligações aéreas, facilitadas pelas *hubs* aeroportuárias de Adis Ababa, Joanesburgo e Nairobi, com exceção de Cabo Verde.

Figura 2: Turismo Rumo a 2030



Fonte: UNWTO, (2017), Tourism Highlights 2017 Edition

9 União Africana (2014), Malabo, Agenda 2063 – A África Que Queremos, Quadro estratégico comum para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável.

10 UNWTO (2017), Tourism Highlights 2017 Edition.

Na ânsia do Desenvolvimento Sustentável e ultrapassar os desafios dos ODS, a África Subsaariana, enquanto conjunto de países, tem feito um esforço para melhoria das condições saúde, de formação e de segurança, para reforço da credibilidade e atratividade dos destinos africanos aos turistas mundiais, apesar dos desafios que ainda enfrenta. As previsões sugerem a sustentabilidade do crescimento da indústria turística no continente, favorecida pela existência de um clima político, social e económico mais favorável, embora a fatia mundial do sector destinada a África ainda seja relativamente insuficiente.

Apesar da abundancia de riquezas naturais, da diferenciada biodiversidade e dos fortes valores culturais e identitários existentes no contexto africano, ambos Desenvolvimento Sustentável e o Turismo Sustentável são travados pelas fragilidades e desafios da região. O insucesso do alcance dos objetivos do sector do Turismo, residem na fraca resposta em termos de infraestruturas, nas redes de transportes, sobretudo dos meios aéreos dentro do próprio continente, traduzindo-se em custo elevados em termos de ligações aéreas e fraca rede de ligação ferroviária. Em alguns pontos do continente, a mão de obra qualificada é insuficiente para dar resposta à demanda exigida. Muitos países africanos não conseguem suprir as suas necessidades internas de bens e serviços, o que se traduz numa forte dependência das importações. Esta dependência provoca a necessidade de avultadas somas para investimento, tanto de públicos como privados, não sendo compatível com a possibilidade de investimento dos locais. Grande percentagem do investimento na atividade turística na Africa Subsaariana é feito por capital estrangeiro. Por último destaca-se o papel da facilitação e desburocratização da obtenção de vistos de turismo.

Os países africanos são dependentes em larga escala da importação de bens manufaturados, importantes para a satisfação das necessidades das suas populações. As receitas provenientes do desenvolvimento do Turismo, constituem um meio de obtenção de divisas e exportação dos produtos locais.

Para que as potencialidades se traduzem em benefícios e Desenvolvimento Sustentável em prol das comunidades locais, há necessidade de repensar os modelos de Desenvolvimento, através primeiramente da capacitação do capital humano. Com meios técnicos, humanos e financeiros, é possível reforçar os sectores adjacentes, sobretudo das infraestruturas de forma a tornar os destinos acessíveis. Sublinha-se também a

necessidade de reforço das instituições e políticas públicas, que para criar o clima político propício ao desenvolvimento do sector.

2.3.1. Turismo em Angola

Focada na diversificação da Economia, depois do choque externo de 2010 e da recente crise de 2014, provocada pela queda do preço do petróleo, o Turismo Sustentável é hoje um dos principais pontos da agenda política nacional.

Condicionada pelo seu passado histórico, de guerra e instabilidade económica, o desenvolvimento do Turismo é ainda um desafio para o país, uma vez que não estavam reunidas as condições para que ele se exercesse de forma sustentável. Os desafios afiguram-se nas questões de alojamento, transportes, ligações interprovinciais e com outras regiões do continente, entre outros. No entanto, a preocupação de Angola relativamente ao aproveitamento dos seus recursos, em unísono com a comunidade política regional e internacional, é hoje uma constante.

A nível do poder central o turismo toma um lugar de destaque no que concerne a uma importante via de Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo erradicar a pobreza, criar emprego e atrair investimento e receitas para o país. Espera-se também que o mesmo possa gerar o efeito multiplicador, dinamizando sectores paralelos. As estatísticas nacionais revelam para uma média anual de chegadas de turistas internacionais de 569.365 turistas entre 2011 a 2015¹¹, embora a maior percentagem corresponda a Turismo de Negócios (14%) e a Turismo de Serviço (41%).

11 2018 Compêndio de Estatísticas do Turismo 2011 – 2015, Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do MINTUR, Luanda.

Quadro 1 - Chegadas de turistas às fronteiras nacionais por regiões

Continentes/Regiões	Anos					Total
	2011	2012	2013	2014	2015	
África	147 903	174 841	222 830	107 269	176 022	828 865
América	58 233	67 639	74 216	83 605	105 106	388 799
Ásia	100 423	103 533	113 465	72 294	108 139	497 854
Austrália	1 175	1 226	2 064	950	978	6 393
Europa	170 488	176 877	231 266	325 970	199 127	1 103 728
Médio Oriente	2 946	4 017	6 192	4 910	3 123	21 188
Total Geral	481 168	528 133	650 033	594 998	592 495	2 846 827

Fonte: Serviços de Migração e Estrangeiros

A aposta no Turismo assenta na identificação dos recursos naturais existentes no país, na ótica de que a exploração turística destes provoque o Desenvolvimento Sustentável multisectorial.

A nível da África Austral Existem 17 Áreas de Conservação Transfronteiriças (ACT), dentre os quais 4 ACT em território angolano: a norte a Área de Conservação Transfronteiriça de Mayombe partilhada com a República Democrática do Congo, a República do Congo e a República do Gabão; a leste a Área de Conservação Transfronteiriça de Mussuma, partilhada com a Zâmbia; a sul a Área de Conservação Transfronteiriça do Iona-Skeleton partilhada com a Namíbia; e a sudeste a Área de Conservação Transfronteiriça do Okavango Zambeze, partilhada com o Botswana, a Namíbia, a Zâmbia e o Zimbabwe, sobre a qual recai a atenção desta dissertação.

No caso de Angola, onde o Turismo não tem o peso nem as estruturais necessárias para que o sector se torne relevante, é importante uma aposta na academia, nos meios técnicos e infraestruturas necessários para uma clara identificação dos recursos e conhecimento das comunidades, dos recursos e da biodiversidade, de forma a não meramente replicar o modelo dos vizinhos, mas antes aprender com as suas boas práticas e construir um modelo próprio segundo as suas especificidades. Só assim se poderá retirar os retornos desejados para as comunidades locais e para o país.

3. TURISMO E DESENVOLVIMENTO: CONCEITOS E CONTEXTOS

3.1. Turismo

O Turismo é uma atividade multidisciplinar, com impacto nos vários campos da vida e uma sociedade. Neste capítulo, pretende-se abordar a problemática do Turismo e as suas tipologias ligadas à natureza e à biodiversidade. Esta abordagem divide-se em 3 partes:

- na primeira parte, define-se o conceito de Turismo e a sua respetiva evolução;
- na segunda parte, aborda-se o conceito de Turismo Sustentável e as suas novas temáticas, como o Turismo de Natureza, o Ecoturismo e o Turismo de Base Comunitária, ligadas à questão central desta dissertação;
- na última apresenta-se a temática do Turismo em contexto africano, e considerando a sua relevância na região da África Austral.

3.1.1. Turismo: Definição e Evolução do Conceito

Os contributos da academia sobre o Turismo são muito recentes, datando a maioria da segunda metade do século XX, sendo que alguns autores e académicos o encaram como uma subdisciplina de outras ciências, como da Economia, da Geografia e/ou da Sociologia.

A discussão em torno do Turismo é vasta e complexa na medida em que entender o conceito pressupõe entendê-lo sobre o prisma de cada um dos atores relevantes para a atividade. A definição do conceito toma um sentido diferente, sob a perspectiva de cada um dos envolvidos, pelo facto de cada ser conduzido por uma motivação diferente. O Turismo pode advir da busca de lazer, de negócios, de uma experiência singular ou cultural, com condicionamento dispares como fatores económicos, políticos, sociais, religiosos ou de segurança. O Turismo é assim um conceito não consensual e o seu entendimento enquanto disciplina, ciência, indústria ou atividade autónoma não é completamente claro (Mason (2003) citado por Mtapuri & Giampiccoli (2018: 3)). Para estudá-lo é importante a incorporação de ambas perspectivas: a do turista, do lado da procura; e a dos demais atores no lado da oferta de bens e serviços turísticos e não só, como por exemplo os agentes de viagens, os hotéis e outro tipo de alojamentos, as

instituições locais, as instituições centrais, desconcentradas ou não, e os demais organismos públicos, as empresas, os prestadores de serviços e as comunidades.

A definição mais enfatizada data de 1991 pela OMT, com o objetivo de firmar um conceito que servisse de base para as estatísticas mundiais do sector, focando as premissas fundamentais: a atividade, as motivações, a temporalidade e a diferenciação de “ambiente habitual” em detrimento de “residência”, expressão que figurava nas anteriores definições.

O Turismo “compreende as atividades desenvolvidas por indivíduos visitantes no decurso das suas viagens e estadas para e em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano para fins recreativos, de negócios e outros”¹².

Embora não inclua na sua conceptualização o lado da oferta, esta abordagem serviu de base para estudos académicos e estatísticas mundiais e nacionais sobre a matéria do até um passado recente recentemente. A procura turística evidencia a deslocação do turista ou visitante, enquanto que a oferta é constituída pelo conjunto de atividades, bens e serviços, património material e imaterial, que existem ou se criam para satisfazer a procura dos visitantes ou turistas exercidas pelos agentes afetos à atividade e sectores contíguos.

A Organização Mundial de Turismo distingue ainda três elementos participantes no processo turístico (Cunha; 2013, 11):

- o turista: o visitante que permanece uma noite ou mais no local visitado;
- o visitante: o que viaja para fora da sua área habitual durante menos de um ano consecutivo, sem motivação de exercer uma atividade financeiramente recompensada;
- o visitante do dia: o visitante que não passa a noite no local visitado.

¹² Conferência de Otawa (1991) sobre “Viagens e Estatísticas de Turismo”, ONU, OMT e Governo do Canadá.

É importante refletir sobre a ausência de intenção de manutenção de relações duradouras e a realização de atividades diferentes das atividades dos residentes; quando se pensa sobre na evolução do conceito no panorama atual, onde a curiosidade do viajante e a inovação da oferta e da procura suscitam um maior envolvimento entre parte dos turistas e as comunidades locais a visitar. As comunidades locais ou Turismo de Base Comunitária são hoje uma das alternativas diferenciadas de Turismo.

O movimento e a mobilidade são comportamentos do homem enquanto ser social, daí pensar-se que a atividade turística exista há milhares de anos. A primeira definição do conceito data do início do século XX, quando Hermann von Schullern zu Schratenhofen (1910) definia turismo como:

“um conjunto de todos os fenómenos, em primeiro lugar de ordem económica, que se produzem pela chegada, a permanência e a partida de viajantes numa comuna, província ou Estado determinado e que estão diretamente ligados entre eles”.

A vertente social é trazida por W. Hunziker e K. Krapf (1942) (Cunha; 2013, 5), que não se cingem à visão economicista, embora se ofusque o papel do turista enquanto ser social detentor de comportamentos:

“turismo é o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária”.

O desenvolvimento do turismo desde o início do século XX até aos nossos dias, deve-se em forte medida ao progresso económico e social que facilitou as deslocações e viagens pelas regiões às populações. Assim como as deslocações fazem parte do comportamento humano, conjetura-se que o fenómeno turístico tenha tomado maior importância após a Segunda Grande Guerra, período onde os direitos humanos, direitos dos trabalhadores e melhoria das condições de trabalho tomaram relevo. Com a alteração do quadro económico, social e legal global, os tempos livres e a sua respetiva ocupação tomam outras formas. É importante acrescentar a influência dos fenómenos afetos à globalização, assim como a contribuição da melhoria dos meios de transportes, de comunicação, de

informação e a melhoria nas ligações entre regiões beneficiadas com melhores ligações terrestres, marítimas e aéreas.

Em 1965, Bernecker (1965), excluindo as deslocações motivadas por oportunidades negócios, missões económicas e congressos, define que “*o turismo é a soma das relações e dos serviços que resultam de uma alteração de residência, temporária e voluntária, não motivada por razões de negócios ou profissionais*”.

Realçando a temporalidade da atividade, Mathieson e Wall (1982) trazem à luz uma nova contribuição à definição de Turismo, integrando o lado da oferta e da procura e a orientação para a satisfação das necessidades dos turistas:

“o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as atividades desenvolvidas durante a permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”.

O Turismo enquanto conceito comporta mais do que deslocações, mais do que um conjunto de viagens, mais do que uma atividade. O desenvolvimento da atividade turística gera impactos no meio em que é exercido, como a criação de emprego, a animação dos territórios e o desenvolvimento da economia local. Contudo, o desenvolvimento do sector pode também provocar alterações negativas no que concerne à alteração dos hábitos locais e a perda de identidade, quando a massificação da atividade e as trocas sociais e económicas se manifestam numa adaptação dos hábitos e costumes locais para satisfação dos visitantes, no desenvolvimento de novos interesses e no abandono das práticas tradicionais. Em comunidades mais vulneráveis, com fraca capacidade de desenvolvimento do Turismo com sustentabilidade, o Estado e suas instituições de regulação, podem exercer um papel fundamental no controlo da atividade, através de políticas públicas e fiscalização, embora sejam discutíveis a sua atuação, as suas metodologias e a eficácia da sua ação. É de crucial importância analisar as necessidades reais de cada comunidade ou destino turístico, com intuito de beneficiá-las com o Turismo e não exacerbar os benefícios económicos com um custo elevado em termos de perda de bem-estar e identidade locais. O Turismo é hoje um movimento em expansão; porém, em inúmeros casos contribui para o agravamento de assimetrias dentro e fora das comunidades ao invés de ser um fator de elevação dos processos de desenvolvimento integrado.

3.1.2. Turismo Sustentável

A natureza e o meio ambiente constituem um ativo essencial ao desenvolvimento do turismo – o clima, as paisagens, as reservas naturais, as praias, os recursos hidrológicos e a biodiversidade, definem algumas das suas grandes atrações e a sua capacidade de sustentação. Não obstante a estes fatores, a sustentabilidade do Turismo transcende a sua relação com o ambiente, situando-se numa relação de valorização mútua entre o homem, a natureza e o ambiente, donde é imprescindível refletir sobre a capacidade do mesmo em preservar os recursos sociais, económicos, culturais e territoriais a longo prazo.

A OMT (2012) define Turismo Sustentável como:

“o que tem em completa conta os seus impactos correntes e futuros de ordem económica, social e ambiental para satisfação das necessidades dos visitantes, das indústrias turísticas, do ambiente e das comunidades anfitriãs”.

O desenvolvimento da Turismo pode ser um meio de utilização e em simultâneo de conservação da natureza e outros recursos locais, quando se pensa que os retornos, financeiro e não financeiro, provenientes da exploração turística podem ser investidos e reinvestidos nas comunidades, aproveitados para a criação meios de sustentação e preservação dos seus recursos.

O sector turístico pode contribuir para a liquidez financeira, produzir conhecimento e potenciar sinergias aos sectores paralelos, gerando recursos essenciais à capacitação humana, técnica e tecnológica, necessárias à manutenção do sector e à disseminação de informação, nomeadamente a consciencialização das comunidades para as questões ambientais.

Esta discussão remete para os anos 60, aquando do surgimento das teorias, declarações e resoluções sobre o Turismo e Ambiente.

Não se pode dissociar o conceito de Turismo Sustentável do conceito de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que são ambos fruto das reflexões suscitadas pelo Relatório Brundtland (ONU, 1987), donde emerge a dimensão “Sustentabilidade”, colocando na agenda internacional um arrojado comprometimento intergeracional.

O relatório Brundtland propõe os seguintes princípios:

- o incremento da satisfação das necessidades básicas: saúde; educação; habitação;
- a preservação dos recursos básicos como a água, energia e bens alimentares;
- a inclusão de limites ao crescimento populacional;
- a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- o equilíbrio no consumo de energia e fomento da utilização de energias renováveis;
- o estímulo da produção dos países não industrializados, com base nas energias verdes;
- a eficiência no ordenamento do território e diminuição entre a dicotomia centro urbano e meio rural.

No seguimento, Pearce (1989) define Turismo Sustentável como:

a “otimização da distribuição dos benefícios do desenvolvimento económico, baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança sob as quais são oferecidos os serviços turísticos, para que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados”,

Em 1993, Butler (1993) traz à discussão o papel dos impactos do Turismo no meio:

“Turismo Sustentável é desenvolvido e mantido numa área (comunidade, ambiente) de tal modo e em tal escala tal que se mantém viável por um período indefinido e não degrada ou altera o ambiente (humano e físico) no qual existe”.

Paralelamente ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, o Turismo Sustentável ganha maior relevância com a adoção da Agenda 21 na Cimeira da Terra (1992), onde as preocupações sobre os impactos ambientais e sociais são levantadas, assim como a visão de que o desenvolvimento desta indústria deve ser articulado com os benefícios das comunidades e a preservação ambiental.

Apesar das previsões de crescimento do Turismo mundial (2015-2020) rondarem os 3,8%¹³ e do aumento da oferta de destinos e oportunidades no sector, a ausência de preservação dos recursos a longo prazo torna-o insustentável. O aumento da procura cria

13 UNWTO (2018), UNWTO Tourism Highlights 2018 Edition.

oportunidade de exploração que se adaptam a esta procura, induzindo por vezes à construção de mais alojamentos, unidade de restauração e outras estruturas de suporte. Estas estruturas, quando sem controlo, e não alinhadas com um eficiente ordenamento do território e cumprindo com os princípios ambientais podem apresentar-se excessivas pondo em risco a sustentabilidade da indústria turística. Outro risco associado ao desenvolvimento do sector reside no aumento da oferta à custa do desmatamento, da descaracterização dos recursos físicos e no aumento dos níveis de poluição derivado à existência de mais agentes empresariais a atuar localmente.

O planeamento, a fiscalização e a monitorização, constituem ferramentas de gestão eficiente, para evitar a desmesurada pressão e degradação do meio ambiente e seus recursos e o inadequado ordenamento do território.

De acordo com Butler (1999), é impossível exercer a atividade turística sem que a mesma tenha impacto no meio, sendo que a monitorização e o incentivo ao turismo de pequena escala podem ajudar a combater os efeitos negativos, de acordo com as especificidades de cada contexto. Turismo sustentável define-se assim como:

“Turismo que se desenvolve (ambiental e comunitária) de tal forma e a uma tal escala que garante a sua viabilidade por um período indefinido de tempo sem degradar ou alterar o ambiente (humano ou físico) em que existe e sem pôr em causa o desenvolvimento e bem-estar de outras atividades e processos”

O Turismo Sustentável constitui uma renovação do conceito de Turismo e não uma tipologia, donde se destacam para esta dissertação as suas tipologias.

3.1.3. Novas formas de Turismo

O ecletismo na conceção de outras tipologias de Turismo resulta em primeira instância da discussão acerca da massificação da Turismo e do germinar do conceito de Desenvolvimento Sustentável nos anos 80 (século XX). Elas visam colmatar a necessidade de utilização do sector ao serviço do Desenvolvimento das comunidades e da redução das assimetrias regionais, não obstante seja igualmente discutível a significação de ecletismo: o que é realmente alternativo?

Embora o Turismo se afigure parte integrante de um sistema neoliberal, generalizadamente ao serviço dos interesses económicos, as suas novas ou renovadas estéticas assentam numa tentativa de inclusão e redistribuição equitativa dos benefícios da indústria às comunidades, essencialmente às mais vulneráveis, sem esquecer o princípio de preservação sustentável dos recursos.

3.1.3.1. Turismo de Natureza

O Turismo natureza nasce da discussão do Turismo Sustentável, da alteração das dinâmicas de vida dos meios urbanos e de uma chamada de atenção para os benefícios da natureza. Neste âmbito, trata-se de uma tipologia cuja valorização do contacto e experiências do turista com a natureza e a biodiversidade toma o cunho central, sendo que a obrigatoriedade de preservação dos parques naturais, reservas florestais, reservas naturais e paisagens impera para o seu exercício sustentável. Cunha (2017) considera que o Ecoturismo é um subproduto do Turismo de Natureza.

Dentro os vários tipos de TN, pode enunciar-se o Turismo Aventura, o Turismo Desportivo, o Turismo de Relaxamento, o Turismo rural e as diversas modalidades a estes associadas como a observação e interpretação da natureza, a fotografia, a caminhada, o arborismo, bicicleta todo o terreno, a escalada, a canoagem, mergulho, asa delta e parapente, piquenique, passeis pedestres, passeios gastronómicos, entre outras.

3.1.3.2. Ecoturismo

Para alguns autores o conceito de Ecoturismo (ET) confunde-se entre os de Turismo de Base Comunitária e Turismo de Natureza, na medida em que partilham os seus valores e objeto centrais: a preservação do meio e seus recursos, embora o Turismo de Natureza acentue especificamente os usos do turista com a natureza. Através de uma conceção assente essencialmente nas dimensões social e ambiental, o ET visa a exploração do sector para a melhoria do bem-estar das comunidades.

A sua primeira utilização enquanto conceito acontece em com Hetzer (1965) que reforçava os princípios de respeito pelas culturas locais e satisfação dos turistas, sem esquecer a necessidade de minimização do impacto ambiental e a distribuição máxima dos benefícios decorrentes da atividade turística à comunidade, o qual pressupõe uma elevada aposta na educação e consciencialização ambiental.

A Sociedade Internacional de Ecoturismo define-o como (Cunha, 2017):

“as viagens responsáveis para áreas naturais que conservem o ambiente e melhorem o bem-estar das populações locais”.

A sua importância e o facto de trazer uma renovação do conceito de Turismo, num contexto de discussão sobre o Desenvolvimento e Turismo e a ineficácia das estratégias e programas dos mesmos para as comunidades locais, desperta o interesse nas várias esferas da sociedade, nomeadamente a nível política tendo-se declarado em 2002 “Ano Internacional do Ecoturismo” pela ONU.

Contudo, para o desenvolvimento de mecanismo que proporcionem a redistribuição equitativa dos benefícios para as comunidades, é necessário que as mesmas participem nos processos. A questão que se levanta prende-se com os direitos de propriedade dos recursos e com a capacidade de as comunidades envolverem-se nos processos turísticos, observando-se em grande medida a detenção da propriedade por parte de stakeholders externos.

3.1.3.3. Turismo de Base Comunitária

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é considerado “socialmente mais justo e equitativo, que pode promover o desenvolvimento holístico da comunidade e uma alocação redistributiva do poder e dos recursos em comparação com outras estratégias alternativas de Turismo” (Giampiccoli e Saayman, 2014).

Sob a perspectiva das comunidades, o TBC deve ser planeado e monitorado de acordo com as suas necessidades, de uma forma integrada, considerando o impacto do seu desenvolvimento a longo prazo. Este deve visa a promoção e a motivação dos povos locais, o seu empoderamento, a sua inclusão e a sua integração regional, quando se trata de contextos territorialmente mais alargados. É importante trabalhar também a capacidade de resiliência das comunidades aos fenómenos que lhe são próximos, como as formas de combate ou prevenção dos choques provocados pelas alterações climáticas.

A participação e a auscultação da comunidade são elementos condicionantes ao sucesso de uma estratégia de TBC, ainda para implementação da mesma seja necessária a intervenção de outros stakeholders, como animadores e facilitadores do processo. De

notar que em contexto africano, muitas comunidades não apresentam capacidade de iniciativa provocada por carências de outra natureza, sendo que o estado e restantes parceiros locais como as organizações não governamentais e as fundações internacionais podem ser importantes facilitadores. Trabalhar com as comunidades e para as comunidades de forma a empoderá-las pode ser um meio eficiente para a obtenção da autonomia e capacidade de herdar a médio/longo prazo o controlo local do processo e dos benefícios do desenvolvimento da atividade turística, assim como, da gestão dos recursos locais.

O TBC pressupõe (Giampiccoli e Saayman, 2014):

- a igualdade de poder e propriedade dos recursos, com alvo à melhoria na redistribuição dos benefícios do Turismo;
- a sustentabilidade, a autoconfiança, a autorrealização e *empowerment* das comunidades;
- a justiça social e equidade, através da utilização de ativos e sectores da sociedade marginalizados;
- a comunidade como principal controlador, gestor e coordenador da propriedade, retornos e benefícios dos seus ativos locais.

3.1.3.4. Turismo em Áreas de Conservação Transfronteiriça

Identificadas como zonas de forte potencial turístico, as Áreas de Conservação Transfronteiriças (TFCA) são zonas extensas que compreendem uma ou mais áreas protegidas que trespassam fronteiras entre países, podem assim melhorar a eficiência na gestão e na conservação das espécies (Banco Mundial, 1996) e gerar a sustentabilidade económica para a manutenção dos recursos. A exploração eficiente dos TFCA's pode ser um meio eficaz de alívio da pobreza em comunidades de grande vulnerabilidade, uma vez que o desenvolvimento de TFCA propicia a criação de empregos e o surgimento de negócios locais (Spenceley, 2006).

As externalidades decorrentes da exploração de TFCA provém primeiramente da possibilidade de supressão de fronteiras, de forma a preservação da fauna e dos ecossistemas possam acontecer dentro do seu habitat natural. Com uma gestão e

conservação integradas, com harmonização de políticas e práticas, aumenta o potencial de êxito das estratégias definidas pelas intervenientes das regiões em causa.

Por outro turno, o maior conhecimento da região, beneficia o encontro de políticas e ações que possam ir de encontro com as necessidades das comunidades, que devem ser objeto e sujeito destes processos. As comunidades devem ser as maiores beneficiárias do desenvolvimento das TFCA.

Acrescenta-se também as oportunidades que se criam com esta exploração no que concerne à criação de emprego, à necessidade de implementação e instituição de organismo públicos e organismos de fiscalização e ordenamento do território, com impacto positivo no nível de atração dos locais. Esta capacitação pode resultar num desenvolvimento das capacidades das comunidades, a par dos benefícios em termos de ligações geográficas, comunicação e informação. Por outro lado, é possível beneficiar das experiências bem-sucedidas dos territórios vizinhos.

Os TFCA materializam-se pela cooperação entre dois ou mais países, segundo os limites geográficos identificados. A vontade política pode não ser suficiente quando as especificidades de cada região são completamente dispare da de outra. Interpretações frequentes dos povos fronteiriços e suas práticas tende para a homogeneidade cultural, histórica e religiosa e da assunção de existência de um padrão social e cultural comum. Porém estas conceções ofuscam a realidade de existência de uma pluralidade de culturas, línguas e identidades, por vezes não assumidas pelos próprios estados (Shin, 2004). A limitação da concretização de efetiva deste tipo de projetos pode ser determinada pelo desconhecimento da realidade das comunidades e pelas diferenças no quadro estrutural dos países envolvidos, a nível social, económico, legislativo, territorial e ambiental.

3.2. Desenvolvimento e Cooperação Regional

O conceito de Desenvolvimento e a sua evolução constituem um ponto de partida para compreensão dos desafios do mundo contemporâneo e das conseqüentes mudanças na esfera política internacional. As assimetrias regionais tendem a agravar-se quando as políticas e estratégias locais se mostram ineficientes face à dimensão dos problemas e dos mecanismos neoliberais instituídos. As várias contribuições para renovação do conceito de Desenvolvimento, conduzem à construção de um quadro teórico holístico, cujas

dimensões facilitam o entendimento e a reflexão crítica sobre o “Desenvolvimento Local e Sustentável”, relevante para a análise do objeto desta dissertação.

Este capítulo volta-se para a apresentação dos conceitos de Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Local, assim como, a relevância da temática da Cooperação na ótica do Desenvolvimento.

3.2.1. Breve contextualização do conceito de Desenvolvimento

O conceito de Desenvolvimento surge no contexto pós Segunda Guerra Mundial, num clima de relevantes alterações do quadro político internacional, não como um singelo resultado da mesma, mas antes como uma discussão fulcral naquele contexto sensível e de reconstrução, em que preocupações da altura causavam impacto na agenda política global. O Desenvolvimento é um conceito em constante evolução, com origens mais remotas, influenciado pelas diversas disciplinas e pela própria evolução das sociedades. Neste prisma, a sua conceptualização é simultaneamente objeto e produto de profundas reflexões.

Paralelamente, a conceptualização do Desenvolvimento está ligada a atuação dos vários organismos internacionais, com especial nuance para a Organização das Nações Unidas, suas agências e agenda internacional que como pano de fundo para a elaboração de um quadro de princípios e críticos sob os quais se balizam as estratégias dos países. No contexto global e neoliberal que se vivencia ao longo de décadas, discute-se a imparcialidade destes organismos. A verificação de que os países considerados do “Sul” são uma importante fonte de matérias primas e potenciais mercados para os bens e serviços especializados do Ocidente, contracenam com as assimetrias que ainda se verificam entre os ex-colonizadores e as ex-colónias e as relações ambíguas que se mantêm entre os primeiros e os últimos. Salienta-se ainda as estratégias elaboradas sob uma ideologia comum, impostas aos países em Desenvolvimento pelo Banco Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), à luz dos critérios de Desenvolvimento definidos pela e em prol da ONU e do Ocidente que têm marcado a agenda do Desenvolvimento Internacional.

Cronologicamente, o ponto 4 do discurso de Truman (1949) é considerado o ponto de partida da agenda internacional do Desenvolvimento (Amaro, 2003). Porém, a referência

data II Guerra Mundial, não se podendo ignorar a importância da Revolução Industrial e da Revolução Francesa na alteração do quadro das sociedades, relativamente às condições de vida, ao bem-estar e mudança das dinâmicas sociais. As revoluções marcam assim uma nova referência em termos de valores referentes ao indivíduo, à liberdade e à igualdade.

O Desenvolvimento é um conceito multidimensional, que exige estratégias e políticas integradas na condução dos seus processos consoante as especificidades dos contextos. Durante décadas este conceito esteve diretamente ligado à Economia e ao conceito de Crescimento Económico, entendendo-se que:

“o problema do desenvolvimento económico é o do aumento do nível de rendimento nacional através de um produto per capita acrescido, de forma que cada indivíduo possa consumir mais”

(Ellsworth, P.T. (1950:796) citado por Amaro (2003:47))

O Crescimento Económico era tomado como a medida do Desenvolvimento e a sua monitorização era medida por critérios meramente económicos, que ofuscavam as outras dimensões do Desenvolvimento. Segundo Amaro (2003), esta conceptualização tinha implícita a ideia de que o crescimento económico é condição única e suficiente para o desenvolvimento.

A discussão agudiza-se nos anos 70, com a crise do preço do petróleo, a instabilidade económica generalizada e a constatação de que os modelos de desenvolvimento tinham fracassado e as disparidades entre norte e sul se haviam acentuado, assim como, a degradação dos padrões sociais. Nesta década, o Ocidente desenvolvido continua a dominar a esfera política internacional, sendo o seu sucesso ganhava o patamar de modelo de Desenvolvimento a adotar pelos países em desenvolvimento.

Do encontro entre a teoria e as experiências sem sucesso, assim como da contribuição de vários autores, nascem os novos conceitos de Desenvolvimento ou reformulações do mesmo: o Desenvolvimento Sustentável; o Desenvolvimento Local; o Desenvolvimento Participativo; o Desenvolvimento Social; o Desenvolvimento Regional.

3.2.2. Desenvolvimento Sustentável

O Desenvolvimento Sustentável (DS) tem a sua origem no relatório “*Our Common Future*” (1987) conhecido como Relatório Brundtland (Conferência de Estocolmo, 1987) chamando a atenção para as questões ambientais e a problemática do Desenvolvimento.

O relatório discute a questão do Desenvolvimento Social, a necessidade de melhoria das condições de vida, alertando para as preocupações ambientais desencadeadas por eventos como o desastre de Chernobyl. O conceito de DS valoriza a natureza, ao serviço do homem, partindo do princípio que este optimistamente é capaz de definir estratégias e políticas sustentáveis para valorização e manutenção dos recursos existentes, tendo consciência da pressão humana sobre a capacidade da terra. A sustentabilidade, naquele contexto, está diretamente ligada à dimensão ambiental que defende a satisfação das necessidades atuais não deve por em causa a disponibilidade de recursos para as gerações vindouras. Defende os princípios de solidariedade intergeracional, a utilização eficiente dos recursos e a preservação dos recursos a longo prazo.

A Cimeira da Terra (Rio de Janeiro, 1992) e a Cimeira de Joanesburgo (2002) são os dois marcos da era da sustentabilidade. Dando continuidade ao conceito e orientações subscritos na primeira cimeira em que o tema da conservação do ambiente toma o papel central, em Joanesburgo, junta-se pela primeira vez os stakeholders do sector privado que vêm contribuir para uma discussão mais alargada, sob diferentes perspetivas dos atores Desenvolvimento. A tónica passa a estar no crescimento económico, na coesão social e na preservação ambiental. A crítica a esta nova conceitualização baseia-se na ausência de ruptura a dominação economicista do Desenvolvimento, apesar de se incluírem as três dimensões, enquanto que as bases sociais e de sustentabilidade continuam omissas. Algumas dessas críticas assumem que a não renovação do conceito deve-se à presença das multinações na mesma mesa de debate. O interesse pela preservação dos recursos naturais e ambientes não é totalmente inocente na medida em que os mesmos detêm também um valor económico.

Em Baker (2006) adiciona uma nova contribuição à temática do DS definindo os seus principais princípios, como sendo, a responsabilização, a equidade inter e intra-generacional, a justiça social, a participação e a igualdade de género.

Sob o mote de inclusão de todas as comunidades e cidadãos “*no one will be left behind*”, a Agenda 2030 da ONU, estabelecida em 2015, vem refrescar o DS com um novo plano de ação global comum, com 169 metas, 17 objetivos e 230 indicadores claros e exequíveis, cuja implementação é feita em parceria com os governos dos países, numa lógica *win-win*. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cobrem todas as áreas e dimensões do Desenvolvimento humano, social, económico, ambiental, territorial, segurança, paz e parcerias trazendo uma nova visão alargada, integrada e sustentada do DS.

3.2.3. Desenvolvimento Local

Considerada como parte da discussão da era “*people-centred*” dos anos 80 (século XX), a temática do Desenvolvimento Local (DL) vem como resultado da procura de outros “Desenvolvimentos” alternativos e da reflexão sobre as dinâmicas entre teoria-prática e prática-teoria e o papel dos atores, das suas iniciativas e das suas experiências¹⁴. Este conceito constitui a base principal de análise desta dissertação. O destaque recai sobre as experiências locais e de carácter comunitário e o papel da academia e investigadores na mudança de paradigma, donde se eleva a importância do território.

As experiências de Desenvolvimento Regional nos anos 1950, dos Polos de Desenvolvimento nos anos 1980 e a emergência de novos países em África e na América Latina, antes colónias europeias, fracassaram, pois, as assimetrias regionais aumentavam apesar dos esforços para a mudança e alastramento do Desenvolvimento às regiões menos desenvolvidas. As estratégias de Desenvolvimento não provocavam a mudança na estrutura de distribuição de benefícios para as comunidades e regiões menos desenvolvidas. Walter Stöhr, Bernard Pecqueur, John Friedmann e António Barquero, defendiam uma nova abordagem, carente de uma lógica multidimensional de cariz *bottom-up*, isto é, a partir dos territórios e não da teoria para o território, partindo de modelos ocidentalmente pré-definidos como acontecia. O DL passaria assim pelo foco na promoção das comunidades locais, assim como, na adoção de estratégias de

14 Elementos retirados do Seminário de Teorias e Práticas de Desenvolvimento lecionado pelo Prof. Rogério Roque Amaro (ISCTE-UL, 2015).

Desenvolvimento baseadas no conhecimento dos territórios. Roque Amaro propõe uma definição de DL assente num conceito sustentável, sustentado e integrado¹⁵:

“o processo de mudança, procurando resposta para as necessidades fundamentais e problemas locais não satisfeitos da comunidade, centrado numa comunidade de pequena dimensão, essencialmente a partir das capacidades e recursos locais endógenos, implicando uma dinâmica de participação e *empowerment* local, com apoio de recursos exógenos (como a identidade, a solidariedade e autonomia¹⁶ locais), que sejam fertilizados numa perspetiva integrada com base num trabalho em parceira, com impacto tendencial em toda a comunidade e segundo uma grande diversidade de processos, protagonistas, ritmos e resultados”.

O DL pressupõe um profundo conhecimento dinâmicas da comunidade, dos seus recursos e das suas fragilidades, de forma a que os processos de Desenvolvimento sejam orientados para as suas necessidades reais, sendo elas os beneficiários deste processo de mudança, com reflexo na melhoria das suas condições de vida (Buarque, 1995). Sendo processos participativos com o maior envolvimento da comunidade, deve visar a sua capacitação, através da criação de oportunidades, da valorização dos seus recursos, do seu património e das suas heranças culturais e da disponibilização de ferramentas que fortaleçam a sua autonomia e a capacidade de resiliência a longo prazo.

“(…) o desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base numa economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinando com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente (...)” (Buarque (1999, p. 32)

Retomada no início do século XXI (Relatório BARCA, 2008), a problemática do DL foi ganha relevância aquando da constatação dos desafios atuais a nível global, da ineficácia dos processos de Desenvolvimento em diversos contextos mundiais, dos choques decorrentes das crises económicas e financeiras da modernidade, do aumento dos desequilíbrios na redistribuição de rendimentos e benefícios e da verificação de focos de

15 Elementos retirados do Seminário de Teorias e Práticas de Desenvolvimento lecionado pelo Prof. Rogério Roque Amaro (ISCTE-UL, 2015).

16 Bernard Pecqueur define autonomia como a capacidade de reação às ameaças externas.

pobreza também nos países desenvolvidos. Da tentativa de encontrar soluções locais, resultam os programas Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), numa perspectiva de eficiência total dos recursos, mobilizando todos os recursos em todos os lugares para levar a cabo as estratégias de Desenvolvimento “Place Based” (Barca, 2008).

As parcerias e a cooperação podem ser um elemento potencializador dos processos de desenvolvimento local, beneficiando a partilha de informação, de práticas e a criação de uma identidade comum, respeitando as diferenças locais.

Atualmente o conceito de DL é também utilizado pela esfera política na projeção de planos e ações em prol do Desenvolvimento dos seus territórios.

PARTE II: OPÇÕES METODOLÓGICAS

4. METODOLOGIA

A metodologia constitui a base fundamental da elaboração de um trabalho científico, na medida em que determina o caminho da investigação e que impacta o debate e a reflexão em ciências sociais. Considerando o quadro delimitado na Parte I, neste capítulo pretende-se, partindo-se também das primeiras motivações, apresentar os métodos, as técnicas e os meios utilizados para realização da investigação, ressaltando a relevância do contexto do estudo de caso.

4.1. Motivação

O interesse pela região do Cuando Cubango e a relação mais precisa com a cidade de Menongue, surge em 2012, aquando da realização de trabalhos de auditoria e monitorização financeira da empresa em que colaborava na altura em Angola. Com estas deslocações e a tomada de conhecimento dos demais projetos em curso, nomeadamente de intenções de animação da província por parte do poder central, a aproximação ao terreno despertou um olhar mais intenso sobre os desafios, as vias de desenvolvimento da região e seus povos, classificada como uma das mais afetadas pelo conflito armado travado em todo país após o processo de descolonização de 1975.

No decorrer do curso de mestrado, após algumas leituras sobre iniciativas de desenvolvimento local, reforçadas pelos conteúdos e dinâmicas sugeridas na disciplina de Educação, Formação, Qualificação de Pessoas, foi esboçado um primeiro plano de pesquisa, que culminou num primeiro ponto de partida para esta tese de mestrado. Centrado no território já referido da província do Cuando Cubango, a ideia inicial consistia em averiguar em que medida a alavanca do desenvolvimento local da região poderia ser uma aposta na capacitação do tecido humano local, induzida pelo poder central, numa lógica de governança partilhada com os *stakeholders* locais. Sublinha-se que nesta perspetiva apenas faria sentido um projeto de longo prazo, carente de parcerias e partilhas locais, nacionais, regionais e internacionais, exigindo uma forte monitorização, avaliação e cooperação entre poder central, organismos regionais e internacionais, tendo em conta as debilidades ainda existentes no país no que toca à educação e à formação.

Este primeiro esboço desencadeou a primeira visita de campo a Menongue em Setembro de 2015 e no desenrolar do resto da investigação com foco no projeto KAZA como alavanca de desenvolvimento da região, sendo que está implícito na própria conceção do projeto a capacitação e *empowerment* das comunidades locais, com objetivo de obter a inclusão dos povos da bacia do Okavango como parte integrante do KAZA.

Aos primeiros passos acrescenta-se também uma viagem entre o Malawi e a Zâmbia (2013), com oportunidade de uma visita turística ao South Luangwa National Park, na Zâmbia. Este foi o primeiro contacto físico com uma reserva natural e a primeira possibilidade de observação das dinâmicas entre comunidades, biodiversidade, ecossistemas e demais atores locais numa reserva de tal dimensão.

Em suma, o impulso por esta temática tem um elo ao sentido de pertença, além do interesse pessoal pelas questões relacionadas com o desenvolvimento local, o desenvolvimento de Angola e demais regiões do continente em geral, bem como à atualidade e pertinência do projeto. Esta reflexão pode ter utilidade futuramente na medida em que contribua com alguns elementos para a academia e para o conhecimento local.

4.2 Formulação da Pergunta de Partida e Modelo de Análise

A pergunta de partida é definida como a primeira etapa metodológica de uma investigação em ciências sociais. Esta formulação deve ser simples, clara, exequível e pertinente, precedida por uma primeira contextualização de literatura e algum conhecimento do território, como aconteceu neste trabalho. Segundo Hancké (2009), a pergunta de partida especifica o percurso de construção, em termos de revisão de literatura, as hipóteses a formular, os dados a consultar e a estética da pesquisa, sem ocultar a relevância extrema da temática em resposta a problemas reais. Em ciências sociais, a necessidade de respostas aos fenómenos da vida real gera um processo contínuo de reflexão e discussão.

De acordo com os conceitos previamente definidos, o Desenvolvimento Local e Sustentável e o Turismo Sustentável, o intuito desta tese consiste em perceber em que medida a implementação do TFCA Okavango-Zambeze beneficiará as comunidades locais da região, preservando as diversas identidades existentes na província.

Nesta linha de pensamento, formulou-se a seguinte pergunta de partida:

Quais os potenciais benefícios da implementação do projeto KAZA na qualidade de vida das comunidades da região, nas suas diferentes dimensões (económica, social, ambiental, cultural), tendo em conta a complexidade e identidade do território?

Importa compreender em que medida o desenvolvimento de um projeto regional com a dimensão do KAZA, será efetivamente *people-centred*, com o cuidado de utilização de estratégias *bottom-up*, produzindo os benefícios desenhados e almejados para as comunidades envolvidas no território angolano em causa.

Desta tentativa de reflexão inicial, propõem-se os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- De que modo a implementação e desenvolvimento do TFCA Okavango Zambeze pode ser o grande impulsionador de desenvolvimento local e desenvolvimento regional, partindo das premissas da sua conceção de preservação ambiental da reserva

KAZA impulsionador de Desenvolvimento Local e Regional?

natural em causa e estabelecimento da cooperação regional com o Botswana, a Namíbia, a Zâmbia e o Zimbábue, sem exclusão das comunidades locais envolvidas?

Objetivos específicos:

1. Como poderão as comunidades locais contribuir para o desenvolvimento do projeto KAZA?
2. De que forma está desenhada a inclusão das comunidades locais como simultaneamente objeto e sujeito do processo de desenvolvimento induzido pelo KAZA?
3. De que forma se pretende preservar as identidades locais, sublinhando a importância da sustentabilidade dos recursos locais imateriais para o próprio desenvolvimento do território?
4. Angola pode beneficiar do conhecimento e boas práticas dos demais países parceiros do KAZA?

Modelo de Análise

No seguimento dos conceitos relevantes e os objetivos traçados para este estudo e as particularidades do objeto de estudo, o modelo de análise assenta na reflexão do projeto à luz das seguintes temáticas:

- Desenvolvimento Local e Sustentável: análise do KAZA com base nas premissas e princípios do conceito de Desenvolvimento Local, numa ótica dos princípios do Desenvolvimento Sustentável;
- Turismo Sustentável;
- Cooperação Regional: a cooperação neste contexto como potenciador da emergência de conhecimento, capacitação e empowerment dadas as experiências dos parceiros na área do Turismo.

4.3 O Estudo de Caso

Para realização deste trabalho, optou-se pela metodologia do estudo de caso, por considerar-se a mais adequada para conhecer o universo em questão, dado o tipo de projeto e o território em causa. Pretende-se de certa forma explorar e extrapolar reflexões quanto à importância deste tipo de iniciativas no desenvolvimento sustentável integrado

do país, uma vez que a área do KAZA é uma das quatro regiões transfronteiriças de conservação que abrangem o território angolano com capacidade de aproveitamento turístico e disseminação de vantagens aos territórios vizinhos. Deseja-se essencialmente uma abordagem descritiva, com foco na análise qualitativa, como forma de compreender os processos e a dinâmica da região.

“o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Yin (2010, p. 39) (citado por Costa et. al, 2013, p. 50)

Esta metodologia pressupõe a condução da pesquisa de acordo com as seguintes etapas:

1. Planeamento e seleção do estudo de caso;
2. Recolha dos dados;
3. Análise dos dados.

O estudo de caso determina uma multiplicidade de técnicas para recolha de dados. Para esta dissertação a recolha dos dados foi materializada em duas visitas ao terreno, onde se recorreu à observação participante, entrevistas e conversas informais.

Os elementos resultantes da pesquisa de terreno realizada foram complementados com a análise documental dos Planos Diretores Nacionais, Provinciais e Sectoriais 2013-2017, o Plano Estratégico da SADC e a Agenda 2063 da União Africana.

4.3.1. Pesquisa de Terreno

A pesquisa de terreno foi realizada em dois períodos temporais: Em Setembro de 2015, numa tentativa de perceção real do terreno e seus atores locais; numa segunda fase, em Abril de 2016, direccionada ao KAZA e respetivos atores locais relevantes para a análise do projeto.

Numa pesquisa de terreno muitas vezes o acesso ao terreno é não é fácil conseguido, sendo que esta limitação pode influenciar o planeamento e o resultado do estudo. Em ambas visitas ao Cuando Cubango, foi possível beneficiar da participação de um

informador privilegiado, de origem Nganguela¹⁷ e residente em Menongue, conhecido de anteriores contactos com a região.

A orientação da primeira fase da pesquisa de terreno consistia na intenção de perceção holística dos programas, estratégias e ações de e para o Desenvolvimento na província, assim como dos seus atores, academia, programas de capacitação, as dinâmicas de participação, as redes e parceria da região. O ponto central seria, através de entrevistas, conhecer as universidades e escolas de ensino especializadas, as ONG, sociedade civil e associações locais, instituições religiosas e delegações públicas locais. No decorrer desta visita entrevistou-se o Decano do Escola Superior Politécnica do Cuando Cubango (Universidade Mandume Ya Ndemufayo), o Diretor Provincial de Turismo da Província e um técnico superior do mesmo instituto (Direção Provincial de Comércio, Hotelaria e Turismo), o Diretor do Instituto Médio Agrário de Menongue, o representante da ONG MBAKITA, o representante da ONG ACADIR e o Diretor da escola da ONG DAZEPE (Igreja Evangélica Congregacional de Angola).

Segundo Burgess (2001):

“os investigadores necessitam ter presente quatro aspetos particulares sempre que procedam a amostragens: os locais de investigação, o tempo, os acontecimentos e as pessoas.”

Os contributos da ACADIR e da MBAKITA foram fundamentais para a realização da segunda fase da pesquisa de terreno, em Abril 2016, cujo tema central foi o projeto Okavango Zambeze. Nesta etapa, com auxílio do diário de campo e um guião de pesquisa e entrevistas, utilizou-se como técnicas preferenciais as entrevistas abertas, as conversas informais e a observação participante, facilitada pelo representante da ACADIR e pelo informante privilegiado da primeira visita.

A observação participante permitiu a obtenção de um conhecimento mais profundo da realidade e da importância deste tema na região, através do envolvimento em atividades quotidianas dos atores. O auge deste envolvimento, aconteceu com a participação no “Workshop de Implementação de Atividades Ligadas à Visão Partilhada sobre a Bacia

¹⁷ Povo de origem Bantu do leste e sudeste de Angola.

do Okavango”, do Grupo de Referência da OKACOM – Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango, constituída em 1994 por Angola, Bostwana e Namíbia para promoção de uma gestão partilhada e sustentada dos recursos hídricos da bacia o Okavango e satisfação das necessidades socioeconómicas das comunidades ribeirinhas. Neste *workshop* com a duração de dois dias, participaram representantes de todos do governo central, dos organismos e instituições públicas locais, das ONG e das comunidades locais de Angola, assim como representantes da OKACOM e de instituições da Namíbia e do Botswana. (lista dos participantes nos anexos)

Um dos maiores desafios deste processo etnográfico foi a prévia desconstrução das narrativas sobre a região e os povos do sudeste angolano. A etnografia permite criar, numa base de confiança, relações de proximidade entre o investigador e a comunidade, proporcionando o acesso a especificidades da realidade social menos óbvias.

4.3.2. Outras Fontes

No âmbito de complementar a experiência adquirida, cruzando a literatura e experiências de outras regiões sobre Turismo Sustentável e Desenvolvimento, ocorreu a participação em eventos e seminários académicos, destacando duas destas participações:

- Junho 2017: Conferência GPA'17 - Turismo Sustentável, Évora, Portugal;
- Junho 2017: Formação “Turismo Sustentável e Geoparques Mundiais da UNESCO”, Associação Geopark Estrela, Guarda, Portugal.

4.4. Limitações da Investigação

A interação com os diversos atores locais e as longas conversas com os representantes da ACADIR sobre os programas, as parcerias com o governo e seu papel no terreno donde destaca a mediação que exerce entre Estado e comunidades locais, proporcionaram uma maior aproximação com a realidade e a complexidade do território.

No entanto, o parco recurso temporal, a limitação de recursos financeiros para viagens e alojamento no Cuando Cubango assim como a impossibilidade de meios técnicos e temporais para visitar as comunidades locais fora das zonas urbanas condicionam em grande medida o aprofundar deste mesmo conhecimento, com influência na análise dos resultados. Trata-se de um tema atual e pertinente neste momento de mudança de

paradigma do desenvolvimento nacional de Angola, em que o país carece de diversificação nos vários sectores de alavancagem, mas sobretudo um olhar cuidado sob o prisma integrado do país e seus povos e sobretudo reconhecimento da diversidade de povos existentes num mesmo limite nacional.

PARTE III: ESTUDO DE CASO

5. ESTUDO DE CASO: PROJECTO TURÍSTICO KAZA, ANGOLA

5.1. Angola e o Cuando Cubango

5.1.1 Caracterização do Território: Angola versus Cuando Cubango: De Terras do Fim do Mundo a Terras do Progresso

Parte integrante do projeto KAZA, Angola situa-se na região da África Austral, limitada territorialmente a sul pela Namíbia, a este pela Zâmbia, a norte pela República do Congo e pela República Democrática do Congo e oeste pelo oceano Atlântico. Tal como os outros países do continente africano, as suas fronteiras são resultado da Conferência de Berlim (1884/1885), que resultou na divisão de povos e reinos outrora instituídos.

Dividida em 18 províncias, coabitam em Angola vários povos e tribos, de origem Bantu e não Bantu, sendo os principais grupos os Bakongos, os Kimbundu, os Ovimbundu, os Ambu, os Nganguela, os Nyanyeka, os Herero, os Khoi-San e os Lunda-Tchokwe, embora a constituição angolana não considere as diferenças etnolinguísticas, tomando todos angolanos como igual.

Os centros urbanos estão maioritariamente concentrados no litoral do país e nas capitais de província, representando baixa densidade populacional no interior.

A sua economia é fortemente dependente do sector petrolífero, sendo que a diversificação económica é ainda hoje, dezasseis anos após o término da guerra civil, um grande desafio. Com a crise instaurada pelos choques externos em 2010 e 2014, associadas à fraca liquidez do estado angolano, o governo tem elaborado vários documentos técnicos com estratégias de desenvolvimento e programas de substituição das importações, a fim de

relançar a economia local e criar empregos, o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 e o PRODESI¹⁸, respetivamente.

No que concerne à cooperação regional, Angola é membro da SADC, da CPLP, da União Africana, da ECCAS e do GGC, relações com influência relevante na solidificação da sua política externa e na sua afirmação como importante *player* no continente africano. A cooperação regional é tomada como um meio necessário para o Desenvolvimento do país e a sua integração a nível da SADC e da União Africana.

Finda a guerra em 2002, o estado angolano iniciou uma série de investimentos a nível das infraestruturas e de reformas socioeconómicas, com vista à união do país e à melhoria das condições de vida da sua população. No entanto, estas modificações não se refletiram no acesso da população aos bens necessário à satisfação das suas necessidades elementares como o saneamento básico, a saúde, a educação, a segurança. Por exemplo, as dificuldades de acesso a água potável e energia continuam presentes no quotidiano das comunidades urbanas e rurais e doenças como a malária e o VIH continuam por controlar. Os seus principais entraves ao Desenvolvimento encontram-se no sector da saúde e no sector da educação.

Embora estejam identificados inúmeros recursos materiais e imateriais que podem ser utilizados em benefício das populações, o seu Desenvolvimento apresenta-se insuficiente, materializando-se na forte disparidade entre classes sociais, sobretudo nos meios urbanos, devido à fraca capacidade institucional e política de levar a cabo os programas de Desenvolvimento e as estratégias ratificadas com os seus parceiros regionais.

A província do Cuando Cubango, localizada a sudeste do território angolano, é a segunda maior em dimensão física, no entanto, a com menor densidade populacional, com um total de 510 369 habitantes, de acordo com os últimos censos nacionais realizados em 2013. A desertificação e a falta de capacitação de animação presentes na região têm sido alvo de medidas do governo central de modo a impulsionar o desenvolvimento, com base nos recursos naturais e minérios existentes na zona província.

¹⁸ Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (2018).

O Cuando Cubango, outrora chamado de “Terras do Fim do Mundo”, dada a sua distancia em relação à capital angolana e o seu contexto de desertificação, foi a região angolana mais devastada pelos efeitos da guerra civil angolana. Desde então as migrações interprovinciais e regionais têm beneficiado a mesma zona, na medida em que se tem afirmado os interesses públicos e privados na província. Com forte potencial agrícola, pecuário, de extração de diamantes e turismo ecológico, são visíveis os perigos dos processos de Desenvolvimento. Por um lado, a preservação das comunidades bantu e das comunidades Khoi-San na região. Em segundo lugar, apesar de constituir uma importante fonte futura de riqueza, as zonas ecológicas podem não ser preservadas, caso os princípios diretores do projeto não sejam respeitados e os interesses económicos prevalecem acima dos interesses das comunidades. Em terceiro lugar, refere-se a fraca capacidade institucional e mão de obra que condiciona a implementação dos projetos de grande dimensão. Em quarto lugar, as marcas da guerra ainda são visíveis no território, sendo que das suas maiores condicionantes estão associadas à segurança e às minas deixadas pelo conflito armado. Os registos estatísticos em Angola são recentes e não refletem a totalidade das comunidades do território, pois ainda hoje uma parte da população local residente em zonas de difícil acesso continua sem registo civil, sendo difícil avaliar a real dimensão das comunidades, de modo a elaborar estratégias e planos de ação que as contemplem, capacitem e as incluam no processo de Desenvolvimento da região, apesar da riqueza dos saberes e costumes da população da bacia do Okavango.

5.1.2 Caracterização socio-etno-cultural: As gentes do Cuando Cubango

Na região do Cuando Cubango predominam os grupos Ngangela, Mbucusso, Khoi-San, Kwamashi, Ovimbundu, Chockwe, Dirico e Kuangar. As comunidades não urbanas como os Khoi-San, vivem da caça, da agricultura de subsistência. Os Khoi-San, comunidades de Angola e dos países vizinhos, são originalmente nómadas, fixando-se de região em região conforme o seu conceito territorial diferente das fronteiras nacionais definidas pelos governos centrais. No contexto angolano, trata-se de comunidades formalmente não reconhecidas em termos do seu *modus vivendi* diferente do das comunidades Bantu, embora haja uma via de comunicação entre aquelas e o estado, através da atuação das organizações não governamentais no local que não abarca toda a região do Cuando Cubango dadas as dificuldades dos acessos terrestres.

Com a independência de Angola e o acabar da guerra em 2002, houve necessidade do governo de Luanda, liderado pelo partido MPLA, unificar o país, por forma a incluir as populações que viviam em áreas controladas pela UNITA.

“(…) se [Angola] não se reconciliou com a sua própria História dificilmente conseguiu fazer essa reconciliação no futuro.”

(Jean-Michel Mabeko-Tali (2018) *in* “Angola e o Futuro: caminhos da História e trilhas do presente”, ISCTE, Lisboa)

Neste prisma de união e controlo das populações, inicialmente sob o mote “Um só povo, uma só Nação” após a independência e um “Governo de Unidade e Reconciliação Nacional” após a guerra civil entre os dois blocos nacionais, não houve lugar para uma caracterização fidedigna do contexto territorial angolano, parte do universo da África Austral, que entendesse profundamente e reconhecesse a pluralidade do seu tecido humano.

5.2. O Projeto Okavango – Zambeze

O projeto KAZA – Área de Conservação Transfronteiriça Okavango Zambeze¹⁹, nasce no âmbito da cooperação transfronteiriça entre Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe, motivada pela preocupação dos governos destes países de preservação das reservas naturais nas bacias do rio Okavango e do rio Zambeze e de promoção do Turismo Sustentável impulsionador do Desenvolvimento da região e suas comunidades.

Neste capítulo pretende-se, em primeira instância, fazer uma breve caracterização do território, seguindo-se a descrição e análise do KAZA segundo as problemáticas do Desenvolvimento Local e Sustentável e do Turismo Sustentável. A dissertação sobre o projeto é elaborada numa tentativa de elaborar uma discussão sobre a sua base conceptual, os seus objetivos e os seus impactos com relevância para as comunidades locais.

¹⁹ Tradução institucional para português do nome original em inglês *Kavango Zambezi Transfrontier Conservation Area* (KAZA TFCA). Em alguns documentos oficiais, o acrónimo em português aparece como ACTF ou ATFC e noutros TFCA.

5.2.1. Apresentação do projeto TFCA Okavango - Zambeze

O KAZA nasce numa década em que as questões do Desenvolvimento, nomeadamente do Desenvolvimento Local e a necessidade de atualização de estratégias e programas de Desenvolvimento Sustentável, tendo em conta a escassez dos recursos, o aumento da população mundial, e que se agravavam as disparidades entre as regiões mais desenvolvidas e as de maior vulnerabilidade.

O primeiro momento acontece em Victoria Falls (Zimbabwe), a 07 de Dezembro de 2006, com a assinatura do Memorando de Entendimento, do qual resultou a fundação da Área de Conservação Transfronteiriça com a designação “*Kavango-Zambezi Transfrontier Conservation Area*” (KAZA TFCA) e a criação do secretariado para o desenvolvimento do projeto. Conscientes necessidade de conservação e utilização eficiente dos recursos naturais e seus ecossistemas, assim como da sua exploração para fins turísticos, para atingir o Desenvolvimento Económico Sustentável em benefício das populações, os estados soberanos de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe almejaram estabelecer uma base de cooperação a nível da gestão da biodiversidade, do desenvolvimento do turismo e da partilha de informação sobre estas temáticas, por via de estruturas institucionais comum. A estrutura do KAZA consistiria no Comité Ministerial, o Comité Técnico, os Grupos de Trabalho e Comité *Ad Hoc*, o Secretariado e uma Agência de Coordenação Nacional de cada país de carácter consultivo. Ficou ainda estabelecido que o financiamento do projeto seria feito através das contribuições dos membros, de donativos e contribuições de outros stakeholders e parceiros.

Neste memorando são assinadas as primeiras linhas orientadoras assim como o alinhamento dos objetivos do KAZA TFCA:

- Colaboração e Cooperação Transnacional, na gestão dos ecossistemas e dos recursos culturais, a sua promoção, manutenção, reabilitação, renovação e melhoria, sendo que o próprio Memorando define recursos culturais como “qualquer propriedade física ou espiritual associada aos usos humanos presentes e passados, atividades culturais e história”;
- Parcerias e Acordos, na gestão dos recursos biológicos e culturais entre os governos e atores;

KAZA impulsionador de Desenvolvimento Local e Regional?

- Harmonização dos processos de gestão ecossistemas e dos recursos para o desenvolvimento do turismo transnacional;
- Fomento da participação das comunidades locais e de mecanismos e estratégias para obtenção de benefícios concretos;
- Promoção do Turismo transnacional com fim de Desenvolvimento Social e Económico.

Embora com cunho de Desenvolvimento Sustentável e Comunitário²⁰, a iniciativa dos governos dos cinco países não teria impulso sem a motivação implícita e explícita dos programas e dossiers técnicos da Peace Parks Foundation sediada na África do Sul. As negociações iniciaram-se em 2003, com reuniões e manifestações de vontade das partes, fundamentadas em estudos técnicos desenvolvidos pela Peace Parks na zona da SADC.

As iniciativas TFCA em contexto sul do continente africano começam a ser provocadas pela Peace Parks Foundation na segunda metade da década de 1990, em parceria com Global Environment Facility (GEF) e o Banco Mundial (BM), após reuniões sobre o tema da WWF South Africa e Moçambique, que desempenhou o projeto piloto no continente, com financiamento do Banco Mundial. Isto numa altura em que alguns países da região haviam saído da Guerra Civil, de planos de reestruturação do PNUD e realizado as primeiras eleições como primeiro passo de implementar a regimes democráticos.

No caso do KAZA, a Peace Parks preparou toda a documentação técnica de para motivação dos estados a realizar o memorando, assim como a elaboração do tratado. A par da Peace Parks realça-se a cooperação alemã e o banco da Alemanha como principais financiadores. Continuara a prestar apoio técnico em termos de implementação e gestão de fundos, através de assinatura de um memorando a longo prazo.

Assente em 3 pilares essenciais, Conservação, Turismo e Desenvolvimento Sustentável, o Tratado do KAZA é oficializado pelos cinco estados membro na Cimeira da SADC realizada em Angola em Agosto (18) de 2011.

²⁰ Entenda-se, neste contexto, “comunitário” como relativo às comunidades locais com identidade própria, perfazendo uma região heterogénea e diversificada no que toca a fauna, flora, natureza, povos, culturas, tradições, etc.

Figura 3: Mapa dos TFCA na região da SADC



Fonte: SADC Transfrontier Conservation Areas (2017)

Neste Tratado são reafirmados os objetivos de proteção a longo prazo, de uso sustentável e de gestão conjunta dos recursos naturais e de “Herança Cultural”, definidos no Memorando de Entendimento do KAZA (2006) e aprofundados os seus princípios, procedimentos, estrutura e atuação. Com a meta de tornar o KAZA num destino turístico de excelência a nível mundial, este neste Tratado há um reforço do papel da cooperação entre os estados membros para atingir os objetivos traçados, assim como do elo SADC, como condutor de integração regional socioeconómica, com efeito na atuação segundo o quadro estrutural desta organização à qual pertencem os 5 países.

Sublinha-se que as cinco nações são subscritoras dos protocolos, estratégias e orientações para a elaboração de políticas comuns²¹, nomeadamente em matéria de Desenvolvimento

²¹ Southern African Development Community (SADC) Treaty (1992), the SADC Wildlife Policy and Development Strategy (1997), the SADC Environment and Sustainable Development

Regional, Desenvolvimento Sustentável, Conservação da Biodiversidade, Ambiente, Legislação, Recursos Hidrológicos partilhados e Florestas, assim como dos protocolos relevantes da União Africana e resoluções das Nações Unidas em termos de Ambiente, conservação da natureza, biodiversidade, espécies em risco de extinção, pântanos, alterações climáticas e combate à desertificação.

Em termos de governança e gestão administrativa, determina-se a sede do KAZA em Kasane (Botswana) e formalizam-se os seus departamentos ou instituições:

- Comité dos Ministros: constituído pelos ministros da tutela do projeto a nível nacional, responsável pela liderança da agenda política, a aprovação de estratégias e ações, elaboração de orçamentos e relatórios financeiros para a sua implementação, segundo os “princípios de Desenvolvimento Sustentável, igualdade, equidade, transparência e respeito mútuo”.
- Comité de Altos Funcionários: constituído por funcionários permanentes, com a função de transformar as decisões tomadas pelo Comité dos Ministros a nível operacional, com atividades, guiões e estratégias, assim como, a monitorização do desenvolvimento, da gestão financeira e consultoria técnica;
- Comité de Gestão Conjunta: constituído por 2 elementos nomeados pelos estados membros e um elemento da SADC, com a responsabilidade de assessorar o Comité de Altos Funcionários, gerir, monitorar e desenvolver as suas operações assim como, elaborar os planos de ação e protocolos de gestão em várias matérias, assegurar a participação dos stakeholders e monitorar as atividades dos Grupos Consultivos Especialistas *ad hoc*;
- Secretariado: liderado por um diretor executivo sob a alçada do Comité dos Ministros deve assegurar a representatividade dos estados assim como a igualdade de género na sua constituição, assegura as atividades quotidianas decorrentes da gestão e implementação dos planos de ação, processos e procedimentos, planeamento de acordo com os protocolos e tratados regionais e internacionais;

Policy and Strategy (1998), the SADC Protocol on Trade (1996), the SADC Protocol on the Development of Tourism (1998), the SADC Protocol on Wildlife Conservation and Law Enforcement (1999), the revised SADC Protocol on Shared Water Courses (2000), and the SADC Protocol on Forestry (2002).

- Comitês Nacionais: definidos por cada país, responsáveis pela coordenação local e nacional dos programas de acordo com o definido no projeto assegurando os interesses dos atores, divulgar o plano, e assegurar benefícios equitativos para as comunidades locais.

A coordenação do KAZA é feita pela presidência do Comité Ministerial tem uma rotatividade de dois anos. Neste Tratado, define-se o mapa do KAZA TFCA, assim como, as suas coordenadas geográficas das fronteiras.

“Transfrontier Conservation Area” (TFCA) “ means the area or the component of a large ecological region that straddles the boundaries of two or more countries, encompassing one or more Protected Areas, as well as multiple resource use areas” (Tratado KAZA TFCA, 2006)

Em primeira instância, o Tratado do KAZA prevê que a sua implementação potenciará o Desenvolvimento Sustentável da região assim como do Turismo com recursos aos seus ativos e poderá ser um meio de combate à pobreza e melhoria das condições de vida das populações. Segundo o mesmo documento, as comunidades devem ter um papel essencial no que toca aos benefícios decorrentes do projeto desde que haja equidade redistribuição dos mesmos e a certificação de que a propriedade dos recursos a nível governamental e local. Para tal, deve criar-se um ambiente favorável ao envolvimento dos diversos atores locais, instituições, comunidades, ONG e sector privado para florescimento de parcerias público-privadas e com as comunidades no desenvolvimento e planeamento do KAZA e na integração regional.

Em segundo lugar, há uma tentativa de clarificar e complementar os conceitos chave do projeto, como o conceito de comunidades locais²² imbuída das suas dimensões social, cultural e económica, com relações entre si e entre si e o território KAZA, o conceito de Área Protegida²³ abrangendo biodiversidade, recursos naturais e património cultural,

²² Tratado do KAZA (2011) define “Comunidades Locais” como “*groups of people living in and adjacent to the area of Kavango Zambezi TFCA bound by cultural, social and economic relations based on shared interests and transboundary resources*”.

²³ Tratado do KAZA TFCA (2011) define “Áreas Protegidas” como “*an area of land especially dedicated to the Conservation of biological diversity, and of Natural and associated Cultural*

incluindo parques naturais, *games* e reservas florestais e a complexificação do recursos ou herança cultural, que traduz a identidade dos povos e dos locais:

“Cultural Heritage Resources” means any physical and spiritual property associated with human use, cultural and historical activities as well as intangible culture such as folklore and interpretative arts such as storytelling and drama”;
(Tratado KAZA TFCA, 2006)

As relevantes novidades trazidas pelo Tratado depreendem-se da inclusão das questões de segurança e paz na região, a temática da poluição e da pressão humana no ambiente e degradação dos ecossistemas e habitats naturais e a abordagem clara dos novos desafios sociais da altura, o HIV SIDA, o ambiente e as alterações climáticas.

Em terceiro lugar, o Tratado sublinha a importância da informação para gestão do projeto, a nível territorial e a nível científico, pois não se tem capacidade de gerir sem se não estiverem disponíveis meios técnicos, humanos e financeiros adequados. O conhecimento científico e a pesquisa interdisciplinares, bem como, o conhecimento tradicional constituem ativos fundamentais à condução do KAZA com sucesso.

Nesta base institucional pode alcançar-se um processo de Desenvolvimento Sustentável e integrado, que passa pela criação de empregos, a inclusão social de comunidades mais vulneráveis, o fomento de pequenos negócios baseados nos saberes e tradições das comunidades, o aproveitamento da ausência de barreiras fronteiriças para melhor gestão e preservação da biodiversidade e o favorecimento de condições para a instalação de instituições públicas e privadas e ONG em áreas mais remotas.

Da esfera política ao terreno, a operacionalização do KAZA traduz-se em encontros a nível ministerial para acompanhamento e tomada de decisões, workshops com o envolvimento dos stakeholders locais, consultores e órgãos de desconcentrados do estado, assim como, pelo trabalho exercido pelo secretariado em busca da implementação e monitorização programas e dos planos de ação numa base quotidiana.

Heritage Resources, and managed through legal or other effective means, such as National Parks, Game and Forest Reserves”.

Não obstante as potencialidades do projeto e a sua pertinência na atualidade, onde os caminhos do Desenvolvimento se discutem numa perspetiva de adequação das estratégias a partir do conhecimento do terreno, um dos seus principais desafios assenta na harmonização de políticas, legislação e planos de ação entre os cinco parceiros. Trata-se de uma mesma região, constituída por várias sub-regiões, com povos diversos embora haja similaridades e hábitos de migrações dentro da região, porém não se parte de uma base comum. Cada região contém as suas dinâmicas e a nível, governamental, apesar dos países de ratificarem os mesmos acordos, da SADC e das Nações Unidas em termos de conservação, turismo, ambiente e alterações climáticas, assim como, a subscrição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Mas não existe ainda harmonização de legislação, nem exploração turística no terreno se pensar que Angola ainda esta numa fase embrionária ao passo que os parceiros beneficiam de paz há mais anos o turismo constitui uma importante receita para o PIN nacional e subsistência das populações.

A par da legislação, importa referir a necessidade de harmonização de políticas de ordenamento do território, conforme os desafios e as demais estruturas de cada parceiro, facilitadoras do desenvolvimento do potencial turístico do TFCA. Impera a necessidade de aumento das instalações elétricas, o desenvolvimento de redes de saneamento básico e distribuição de água potável, o aumento do número de postos médicos e mecanismo de prevenção de doenças, o aumento da rede de ligações aéreas, terrestres e ferroviárias, o desenvolvimento e construção dos meios escolares, de formação e capacitação do tecido humano local numa lógica de *empowerment*, a implementação de políticas de segurança alimentar e meios de prevenção de choques derivados de fenómenos sazonais e alterações climáticas. A utilização de um TFCA como impulsionador de Desenvolvimento Local e Regional, pode ser uma estratégia bem-sucedida se nas suas fases de elaboração, implementação e desenvolvimento sejam acautelados os perigos decorrentes da condução de uma estratégia regional, sabendo à partida que a região comporta inúmeros subterritórios, povos com culturas, tradições e costumes diferentes, consequentemente com necessidades diferenciadas, sendo que eles próprios são considerados um ativo atrativo da região para o fomento do Turismo, com base nos 625 locais com potencial turístico identificados, entre património histórico, arqueológico, religioso e antropológico.

De acordo com os dados de monitorização publicados no Plano Diretor Integrado do KAZA (2016), os efeitos decorrentes do KAZA são notórios apenas no Botswana, com um resultado numérico de 2 milhões de chegadas em 2010, justificado parcialmente pela existência de melhores estruturas hoteleiras e melhor coordenação dos agentes turísticos locais, embora se possa também especular sobre o papel da vontade política daquela região para o fomento das atividades do KAZA.

5.2.2. O Território do KAZA TFCA

A Área de Conservação Transfronteiriça do Okavango Zambeze compreende uma região de 520 mil km², localizada entre a bacia hidrográfica do rio Okavango e parte da bacia do Alto Zambeze. Habitat natural de diversificada fauna e flora, alberga cerca de 20 parques nacionais, 85 reservas florestais, 11 santuários e 22 zonas de conservação e 103 áreas de gestão de biodiversidade, estimando-se que 71,42% se destina à gestão da biodiversidade e o remanescente à exploração agrícola e percursos²⁴.

A sua biodiversidade contém elefantes, hienas, rinocerontes, pássaros e algumas espécies em extinção pontos de observação turística e áreas onde não há evidência de intervenção humana, contribuem para a sua atratividade, embora a debilidade de infraestruturas constitua um entrave à expansão da atividade turística. As viagens terrestres são dificultadas pela existência de vias ainda resultantes da utilização militar dos conflitos de descolonização e guerra civil, sem o devido acompanhamento e reestruturação em termos de manutenção, com piores cenários na época das chuvas. Por outro lado, as ligações aéreas dentro da região são difíceis e dispendiosas, asseguradas pelos aeroportos Maun, Kasane, Livingstone e Victoria Falls.

Apesar dos desafios em termos de estruturas e ligações entre pontos turísticos, o Turismo na região tem aumentado, com uma tendência crescente do número de visitantes anuais, fortemente enviesada pela atração quase maioritária de turistas aos três Patrimónios da Humanidade da região: Victoria Falls (fronteira entre a Zâmbia e o Zimbabwe), Colinas de Tsodilo (Deserto do Kalahari, Bostwana) e o esplendor do Delta do Okavango (Botswana).

²⁴ KAZA TFCA (2016), Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do KAZA 2015-2020.

A água é um dos principais incentivos políticos da implementação do KAZA, sendo que dela depende a conservação das zonas húmidas e a sobrevivência das comunidades da região KAZA. Os fluxos de água correm do planalto central de Angola até ao Delta do Okavango no Botswana. Cerca de 75% do fluxo de água do Okavango está em território angolano. O rio Zambeze, cruza-se entre território angolano e zambiano, atingindo a sua maior expressão na fronteira entre a Zâmbia e o Zimbabwe, até chegar a Victoria Falls.

Nos limites do KAZA habitam comunidades locais constituídas por diversos povos, a nomear os San, os Tonga, os Lozi, os Herero, os Ndebele e os Tswana vivem dentro dos limites do KAZA, donde se estima uma população total de 2,67 milhões de pessoas, que representa uma densidade populacional 5,15 e uma ocupação territorial de cerca de 29%, entre zonas protegidas e não protegidas, em termos de processos ecológicos de conservação da biodiversidade, o que pode constituir uma limitação à implementação dos programas da eco-região e à gestão das áreas agrícolas. Estas comunidades têm dinâmicas, redes sociais e hierarquias tradicionais próprias. Os direitos e propriedade da terra são atribuídos de forma tradicional, com predominância de atividades cultivo de culturas e gado para consumo doméstico, vulnerável a doenças, cheias, secas, sazonalidades, com potencial agravamento pelos efeitos das alterações climáticas. Embora tradicionalmente o homem esteja na liderança das intuições e centros de decisão locais, um estudo elaborado pelo KAZA (2014) revela que a maioria dos agregados familiares é liderado por mulheres.

5.3.3. Angola e o KAZA TFCA

Atualmente, o KAZA é considerado um dos projetos de maior interesse nacional, com destaque no programa do atual governo empossado em Setembro 2017, dadas as potencialidades e externalidades transversais decorrentes da sua implementação, às escalas provincial e nacional. A sua prioridade advém das vantagens conhecidas para a dimensão nacional e sobre o seu papel no Desenvolvimento da província do Cuando Cubango.

Em território angolano, o KAZA ocupa cerca de 45% do território do Cuando Cubango, aproximadamente 17% da área total da Área de Conservação Transfronteiriça do Okavango Zambeze, abarcando a Reserva de Luiana (Parcial), a Reserva de Mavinga (Parcial), a Área de Caça Longa-Mavinga, a Área de Caça de Luengue, a Área de Caça

de Luiana e Área de Caça de Mucusso e uma comunidade de cerca de 300 mil habitantes. As reservas naturais de Mavinga e Luiana-Luengue foram reconhecidas pela Assembleia Nacional apenas em 2012.

Apesar da enorme vontade política de reafirmação do KAZA como prioridade da agenda nacional, as manchas da guerra da região do Cuando Cubango diminuem a sua capacidade de implementação. Os reflexos do desinvestimento ou investimento insuficiente nos sectores da saúde e da educação também se refletem na realidade da província. A par do perigo das minas, a inexistência e a falta de manutenção das estradas dificultam a ligação entre os vários pontos da província, a fiscalização das reservas naturais e o apoio às comunidades em zonas mais remotas. Esse desinvestimento é diretamente sentido na falta de técnicos para agilização dos planos de ação do KAZA no terreno, que possam conduzir os processos de forma transparente, com rigor e monitorização efetiva como desenhadas no Tratado do KAZA.

A nível da criação de oportunidades do Turismo, a forte dependência do país das importações de bens e serviços torna pesado o investimento inicial em qualquer atividade ligada ao sector, dada a fraca capacidade financeira das populações locais. É necessária a intervenção do estado através de incentivos fiscais e programas de apoio ao Desenvolvimento Local para empoderamento das comunidades locais.

5.2.3. **Análise SWOT**

As linhas diretoras do projeto TFCA Okavango – Zambeze, traçam objetivos e metas muito ambiciosas de Turismo e inclusão das comunidades locais, a favor de um Desenvolvimento Sustentável em regional. Em Angola, o KAZA cinge-se inteiramente à província do Cuando Cubango, onde oportunidades e as limitações de uma ação para o Desenvolvimento se sobrepõem.

Em consequência da pesquisa de terreno realizada, da análise documental e bibliografia relevante para esta problemática, pretende-se compreender os efeitos do KAZA, para as comunidades locais da mesma província angolana, através da utilização do método da Análise SWOT:

Pontos Fortes

- Criação de emprego e rendimento para a melhoria das condições de vida das comunidades locais através da prática turística
- Reconhecimento e foco das ações locais para o Desenvolvimento de encontro com as condicionantes das comunidades
- Criação de autonomia e capacidade de resiliência das comunidades locais
- Desenvolvimento de mecanismos de formação e capacitação das comunidades
- Desenvolvimento da rede educacional
- Desenvolvimento de programas na área da saúde
- Instalação de saneamento básico, eletricidade e rede distribuidora de água
- Consciencialização das comunidades quando às questões de conservação ambiental
- Desenvolvimento de mecanismo de combate às alterações climáticas
- Construção de uma rede de alojamento sustentável e implementação de boas práticas de sustentabilidade, no seu exercício
- Controlo das práticas agrícolas e de pesca não sustentável
- Valorização e preservação da Herança Cultural
- Cooperação eficaz e eficiente com os países da região e agências internacionais
- Promoção das reservas naturais a Património Mundial
- Contribuição para o conhecimento e conservação da biodiversidade e programas de combate à extinção de espécies
- Criação de um sector turístico robusto capaz de impulsionar a diversificação económica
- Promoção da economia local e desenvolvimento de economias de escala
- Harmonização dos Planos de Desenvolvimento Nacional com os Planos Estratégicos da SADC
- Melhoria do sector das comunicações

Pontos Fracos

- Dificuldade de acesso às comunidades por via terrestre dentro do Cuando Cubango e entre províncias
- Falta de reconhecimento institucional da pluralidade de povos da região
- Fraco quadro institucional e legislativo

KAZA impulsionador de Desenvolvimento Local e Regional?

- Falta de transparência na execução dos projetos de Desenvolvimento
- Fracas estruturas de apoio ao desenvolvimento da atividade turística
- Desertificação da região
- Falta de mão de obra qualificada
- Falta de estabelecimentos de ensino e hospitais
- Apenas um aeroporto provincial (Aeroporto Comandante Kwenha, Menongue)
- Custo das deslocações na região elevado com reflexo na atratividade da região
- Fraco empresariado local
- Burocratização dos processos institucionais
- Falta de estratégias eficazes de combate à pobreza e inclusão social
- Fraca proteção social
- Fraca capacidade local de investimento em pequenos negócios
- Exclusão das minorias
- Sobreposição da agenda política às necessidades territoriais
- Fraca capacidade de planeamento a longo prazo
- Dependência económica externa
- Minas antipessoal

Oportunidades

- Partilha de boas prática
- Aproveitamento do conhecimento científico para melhoria do planeamento, implementação, execução e monitorização dos programas de Desenvolvimento em todas as dimensões
- Aproveitamento dos benefícios do mercado externo
- Manutenção e reabilitação do Património Material e Imaterial
- Reforço do sector do Turismo
- Combate à desertificação do território
- Combate regional coordenado à caça furtiva
- Dinamização da iniciativa local

Ameaças

- Massificação do Turismo e conseqüente pressão sobre o meio ambiente

- Poluição ambiental e sonora decorrente da atividade dos agentes do Turismo
- Mão invisível do sistema neoliberal
- “Colonização” Económica e Financeira
- Fenómenos Sazonais e choques decorrentes das alterações climáticas

Em suma, são conhecidas as oportunidades decorrentes do início da implementação do KAZA em solo angolano, embora o contexto seja de delicados desafios. Os entraves podem ser ultrapassados se houver vontade política e rigor na execução dos programas.

PARTE IV: ANÁLISE DE RESULTADOS

6. REFLEXÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente é importante sublinhar que esta análise se limita à informação recolhida no terreno à base documental disponível, que não inclui todos os relatórios de monitorização do KAZA em território angolano.

Os dados disponíveis e testemunhos das ONG a atuar no terreno em parceria com o Governo Provincial do Cuando Cubango sugerem que, em Angola, o KAZA ainda não começou a percorrer o seu caminho. Apesar das partes se terem reunido pela primeira vez em 2003, tendo vindo a negociar as particularidades do projeto ao longo do tempo, Angola ainda não desbloqueou os desafios nacionais à implementação do projeto KAZA.

Em primeiro lugar, é necessário conhecer o território e os seus povos para valorizar de forma sustentável a sua identidade e a sua cultura. Um dos grandes perigos do desenvolvimento do Turismo em larga escala, é efetivamente a perda de identidade local, que constitui uma fração relevante do Desenvolvimento Sustentável.

Importa salientar a carência de mão de obra na província do Cuando Cubango, em quantidade, qualidade e diversidade para fazer face às necessidades do sector do Turismo, do sector da Conservação e Preservação da Natureza e da atuação a nível das comunidades locais em prol do seu Desenvolvimento e Capacitação. Estas carências são associadas a fracas estruturas institucionais, à falta de infraestruturas, à distancia das

principais urbes e ao fraco investimento do estado em políticas públicas para criar oportunidades e atrativos na região.

Seguidamente, ressalta-se o facto de Angola trabalhar sob uma base rígida do poder central, sem descentralização e desconcentração de serviços e instituições, sendo que Luanda continua a ser o polo principal do país, de onde são emanadas todas as decisões políticas e institucionais. A descentralização, que esta hoje na agenda nacional, pode beneficiar e encurtar os processos de Desenvolvimento Local.

Reforça-se também a ideia da falta de estabelecimento de ensino, hospitais, centros de saúde, centros de formação técnica, capazes de gerar um panorama atrativo para empresas, organismos e pessoas que se queiram fixar na província.

Se por um lado a região não é atrativa para fixação de pessoas e serviços, o KAZA tem a potencialidade de, bebendo da experiência da Namíbia e do Botswana, impulsionar ao Desenvolvimento Local e gerar sinergias com as regiões adjacentes. O sucesso depende em grande medida da atuação do estado. O processo de Desenvolvimento pretende-se integrado, multidisciplinar e multidimensional, para que todas as comunidades locais e todos os sectores sejam alvo de mudança positiva.

Apesar dos documentos oficiais centrarem os objetivos do projeto na transferência de benefícios para a comunidade, a linguagem de cooperação utilizada indicia um domínio da dimensão económica e dos resultados do KAZA em termos de receitas económicas para os países., sem grande preocupação com as diferentes preocupações estruturais de cada um.

Sublinha-se ainda o papel da Peace Parks Foundation enquanto entidade indutora da temática dos TFCA na região da África Austral. A sua atuação em parceria com fundações, banco financiadores dos países Ocidentais e do Banco Mundial, assemelha-se a uma conduta do sistema neoliberal, ao invés, de uma real preocupação de impulsionar o Desenvolvimento Local e Sustentável das comunidades.

Os dados e elementos recolhidos conferem limites à assunção de que os projeto KAZA possa beneficiar as comunidades locais. Tal como está elaborado, os planos de ação não parecem refletir-se no terreno como desejado. É necessário começar pelos alicerces, com planos de ação a ter em conta as especificidades dos povos e das regiões, proceder à sua

KAZA impulsionador de Desenvolvimento Local e Regional?

auscultação e à sua inclusão no KAZA, para que os efeitos possam ser sentidos a médio/longo prazo. As comunidades capacitadas podem ser incluídas com os seus saberes, costumes e tradições, embora os Planos Diretores não especifiquem a forma de capacitação.

Se a vontade política não se cruzar com os objetivos das comunidades, o KAZA não será um impulsionador de Desenvolvimento Local, mas apenas mais um projeto que utiliza recursos sem que os mesmos gerem resultado.

7. BIBLIOGRAFIA

- Amaro, R., 2003. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Caderno de Estudos Africanos* 4 (2003), pp. 35-70.
- Amaro, R., 2009. Desenvolvimento local. In A. D. Cattani et al. (Coord.) *Dicionário internacional da outra economia*, pp.108-113. Coimbra/São Paulo: Almedina/CES.
- Amaro, R., 2017. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!. *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, pp. 75-111.
- Burgess, R. G., 2001. *A Pesquisa de Terreno. Uma Introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Butler, R. W., 1999. Sustainable tourism: A state-of-the-art review, *Tourism Geographies*, 1:1, pp. 7-25.
- Cadger, K., Kepe, T., 2013. Contextualising development projects among the San of Botswana: challenges of community gardening. *Development in Practice*, 23(7), pp. 811-825.
- Cazalma, A., Cravidão, F., Cunha, L., 2014. O contributo do desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas transfronteiriças de conservação para a inclusão das comunidades e para manutenção da paz. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 21/22 (3), pp. 487-496.
- Chiutsi, S. & Saarinen, J., 2017. Local participation in transfrontier tourism: Case of Sengwe community in Great Limpopo Transfrontier Conservation Area, Zimbabwe, *Development Southern Africa*, 34(3), pp. 260-275.
- Cleverton, R. G., 2002. Tourism development in the SADC region: The opportunities and challenges. *Development Southern Africa*, 19(1), pp. 7-28.
- Cunha, L., 2013. *Economia e Política do Turismo*. 3ª Edição. Lisboa: LIDEL.
- Cunha, L., 2017. *Turismo e Desenvolvimento*. Lisboa: LIDEL.
- Ferreira, S., Strydom, J., Kriel, M., Gildenhys, S., 2015. Tourism and development after civil war in Malange province, Angola, *South African Geographical Journal*, 97(2), pp. 158-182.
- Giampiccoli, A., Saayman, M., 2014. A Conceptualization of Alternative Forms of Tourism in Relation to Community Development. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 5(27), pp. 1667-1777.
- Giampiccoli, A., Saymaan M., 2017. Community-based tourism, responsible tourism, and infrastructure development and poverty. *African Journal of Hospitality and Leisure*, 6(2), pp. 1–28.
- Hanai, F. Y. (2012). Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade do Turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté - SP, 8(1), pp. 198-231.

- Hancké, B., 2009. *Intelligent Research Design: A guide for beginning researchers in the Social Sciences*. Oxford: Oxford University Press.
- KAZA TFCA (2006). Memorandum of Understanding: The Establishment of The Kavango-Zambezi Transfrontier Conservation Area. Victoria Falls.
- KAZA TFCA (2011). KAZA Treaty: Kavango Zambezi Transfrontier Conservation Area. Luanda.
- KAZA TFCA (2016). Área Transfronteiriça de Conservação do Kavango Zambeze (KAZA TFCA). Plano Director de Desenvolvimento Integrado, 2015-2020.
- KAZA TFCA (2016). Simpósio Sobre o Estado de KAZA 2016 “De onde viemos, onde estamos agora e para onde vamos?”. Victoria Falls.
- Manyane, R. M., 2017. Rethinking trans-boundary tourism resources at the Botswana-North West Province border, *South African Geographical Journal*, 99(2), pp. 134-151.
- Mbaiwa, J. E., Stronza, A. L., 2010. The effects of tourism development on rural livelihoods in the Okavango Delta, Botswana, *Journal of Sustainable Tourism*, 18(5), pp. 635-656.
- Milando, J., 2005. *Cooperação Sem Desenvolvimento*. Lisboa: ICS.
- Ministério da Economia e Planeamento (2018). Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 Vol. I. Luanda: Ministério da Economia e Planeamento.
- MINTUR (2018). Compêndio de Estatísticas do Turismo 2011 – 2015. Luanda: Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério do Turismo.
- Mtapuri, O., Giampiccoli, A., 2018. Tourism, community-based tourism and ecotourism: a definitional problematic. *South African Geographical Journal*.
- OKACOM. 2011. Relatório de Análise Diagnóstica Transfronteiriça da Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango. Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango. Maun, Botswana: OKACOM.
- Pinto, T. C., 2004. Qualidade de Vida. Reflexões e debates em torno de um conceito. *Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa, nº 9, CET-ISCTE, pp. 99-120.
- Pröpper, M., A. Gröngröft, M. Finckh, S. Stirn, V. De Cauwer, F. Lages, W. Masamba, M. Murray-Hudson, L. Schmidt, B. Strohbach, and N. Jürgens, editors. 2015. *The future Okavango: findings, scenarios, and recommendations for action*. Research Project Final Synthesis Report 2010–2015.
- Quammen, D. e Richards, C. (2018, 01 Fevereiro). Missão para salvar o delta do Okavango, em África. *National Geographic*, pp. 48-71.
- Rodrigues, C. U., Russo, V., 2017. No walk in the park: Transboundary cooperation in the Angolan war-torn Okavango. *Environmental Practice*, 19(1), pp. 4-15.

- Rogerson, C., 2013. Tourism and local development in South Africa: Challenging local governments. *African Journal for Physical, Health Education, Recreation and Dance*, 2, pp. 9-23.
- SADC (2013). SADC Programme for Transfrontier Conservation Areas. Gaborone: SADC Secretariat.
- Sammy, J., Opio, C., 2005. Problems and prospects for conservation and indigenous community development in rural Botswana. *Development Southern Africa*, 22(1), pp. 67-85.
- Sapignoli, M., Hitchcock, R. K., 2013. Indigenous Peoples in Southern Africa, *The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs*, 102(4), pp. 355-365.
- Sengelela, M., (2013). *Local People Perceived Benefits and Costs of Trans-frontier Conservation Areas: the Case of Likuyusekamaganga Village in Selous-Niassa Trans-frontier Conservation Area*. MSc Thesis in Leisure, Tourism, and Environment. Wageningen University, Wageningen. 100 pp.
- Spenceley, A., 2006. Tourism in The Great Limpopo Transfrontier Park. *Development Southern Africa*, 23, pp. 649-667.
- Stănciulescu G.C., Diaconescu G.N., 2015. Models and Alternative Strategies in the Context of Sustainable Development. Alternative Tourism. *International Journal of Economic Practices and Theories*, 5(3), pp. 283-284.
- UA (s.a). Agenda 2063. A África Que Queremos. Quadro estratégico comum para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Plano de Implementação para a Primeira Década 2014-2023.
- UNDP (2018). Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update. Briefing note for countries on the 2018 Statistical Update. Angola.
- UNWTO (2017). *UNWTO Tourism Highlights*. 2017 Edition. Madrid.
- UNWTO (2018). *Tourism for Development – Volume I: Key Areas for Action*. Madrid.
- UNWTO (2018). *UNWTO Tourism Highlights*. 2018 Edition. Madrid.

Outras Fontes:

<https://www.kavangozambezi.org>

<https://www.peaceparks.org>

<http://www.future-okavango.org/>

Okavango Wilderness Project (2018). *Angola, o País que você nunca viu*. Okavango Wilderness Project. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mN8fblsoOIA> [consultado em 13 de Setembro de 2018].

Peace Parks Foundation (2009). *Kavango-Zambezi Transfrontier Conservation Area (KAZA)*. Peace Parks Foundation. Disponível em:

KAZA impulsor de Desenvolvimento Local e Regional?

<https://www.youtube.com/watch?v=8-A9h3yjKy4&t=1s> [consultado em 23 Maio de 2018].

Peace Parks Foundation (2012). *Kavango Zambezi (KAZA) Transfrontier Conservation Area*. Peace Parks Foundation. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FZs6z0BTJrk&t=12s> [consultado em 23 Maio de 2018].

SADC TFCA Network (2016). *SADC Transfrontier Conservation Areas*. SADC TFCA Network. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DfpvU9Wn0uo> [consultado em 23 Maio de 2018].

The Future Okavango (2015). “*Sharing The Future Okavango research results*”. The Future Okavango research project. Disponível em: <https://vimeo.com/131449263> [consultado a 30 Maio de 2018].

ANEXOS

Anexo A. Visita ao Terreno: Menongue, Cuando Cubango - Setembro 2015

Instituição	Contacto
Instituto Politécnico de Menongue	Decano Dr. Ataulfo Pereira
Direção Prov. de Comércio, Hotelaria e Turismo	Diretor Provincial de Turismo Dr. Israel Dala
Direção Prov. de Comércio, Hotelaria e Turismo	Dr. André Bitumbo
Instituto Médio Agrário	Diretor Dr. Mateus Dala
ONG MBAKITA	Sr. Dala
ONG ACADIR	Sr. José Américo Filipe
DAZEPE Igreja Evangélica Congregacional de Angola	Prof. Júlio Biete

Anexo B. Visita ao Terreno: Menongue, Cuando Cubango – Abril 2016

Instituição	Contacto	Tema Central
Rio Cueba Lodge	Gerente Sr. Setas	Missão, preservação ambiental, ecoturismo, capacitação de quadros locais, perfil turístico da região, envolvimento da unidade hoteleira no KAZA, incentivos públicos, parcerias locais e regionais
ONG ACADIR	Sr. José Américo Filipe	KAZA TFCA, comunidades da região
ONG ACADIR	Sr. Chipita	KAZA TFCA, expedição Okavango, Projeto San, Centros Comunitários
KAZA TFCA	Direção Cuando Cubango Dr. Gime Sebastião	KAZA TFCA

Anexo C. Guião da Visita ao Terreno: Menongue, Cuando Cubango – Abril 2016

PESQUISA DE TERRENO - MENONGUE - Abril 2016							
Nome	Decano Dr. Ataulfo Pereira	Dr. Israel Dala	Sr. Dala (Dadá)	Sr. Américo Filipe	A definir	Prof. Júlio Biete	
Natureza	Academia	Política	ONG	ONG	Empresário Local	Igreja	Comunidade
Instituição	Instituto Politécnico de Menongue	Direcção Provincial de Comércio, Hotelaria e Turismo	MBAKITA	ACADIR	Rio Cuebe Lodge	DAZEPE - Igreja Evangélica Congregacional de Angola	
GUIÃO DA PESQUISA							
Temas	Caracterização do território	Papel do Ministério na região	Caracterização da região de acordo com o trabalho de terreno desenvolvido	Caracterização da região de acordo com o trabalho de terreno desenvolvido	Perfil turístico da região	Caracterização da região de acordo com o trabalho de terreno desenvolvido	Condições de vida da população: saneamento básico, acesso à cuidados de
	Condições de vida da população da região	Papel do Ministério no KAZA	Condições de vida da população da região	Condições de vida da população da região	Perfil do hotel	Condições de vida da população da região	Conhecimento do projecto
	Problemas da região	Caracterização dos agentes económicos locais	Principais desafios da região	Principais desafios da região	Papel do hotel no desenvolvimento da região	Principais desafios da região	Avaliação dos possíveis impactos nas comunidades da região
	Soluções para estes problemas	Incentivos a estes agentes?	Recursos da região - materiais e imateriais	Recursos da região - materiais e imateriais	Criação de emprego	Recursos da região - materiais e imateriais	
	Potencialidades da região	Programas e iniciativas?	Potencialidades da região	Potencialidades da região	Capacitação	Potencialidades da região	
	Recursos suficientes para desenvolver o turismo?	Recursos cntrais canalizados para o KAZA - humanos, financeiros, outros	Consequências do KAZA para as comunidades rurais e urbanas	Consequências do KAZA para a comunidade nómada Koisan	Envolvimento no projecto KAZA		
	Sectores determinantes para o desenvolvimento da região	Prioridades do poder central para a região		Consequências do KAZA para as comunidades rurais e urbanas	Incentivos públicos		
	Papel do Governo Provincial no KAZA	Potencialidades da região			Parcerias		
	Que iniciativas foram desenvolvidas?	Recursos suficientes para desenvolver o turismo?					
	Em que medida o KAZA pode ajudar a solucionar os problemas da região?	Papel do Comércio no KAZA					
	Emprego	Parcerias					
	Papel e incentivo aos empresários locais	Pontos positivos do KAZA					
	Preocupação ambiental?	Pontos negativos do KAZA					
	Pontos positivos, negativos do KAZA	Parcerias / Governance					
	Parcerias / Governance						

Anexo D. OKACOM, Reunião do Grupo de Referência, Menongue, Angola

Workshop de Implementação de Atividades Ligadas à Visão Partilhada sobre a Bacia do Cubango, Kambumbe Lodge, 27 e 28 de Abril 2016

Objetivos	1. Prestar informações sobre a visão do desenvolvimento sustentável equitativo da bacia	
	2. Comunicar a visão da bacia hidrográfica do rio Cubango às estruturas de gestão da bacia	
	3. Explorar a avaliação de benefícios de cooperação na bacia hidrográfica do rio Cubango - Perspetiva Angolana	
	4. Estabelecer o estatuto de implementação do Plano de Ação Nacional de Angola (PAN)	
	5. Estabelecer interligações entre o PAN e o Plano de Ações Estratégicas da bacia hidrográfica do rio Cubango-Okavango	
Participantes	Vice-Governador do Cuando Cubango	Dr. Pedro Camelo
	GABHIC	Arq. Carolino Mendes
	GABHIC	Dr. Carlos Andrade
	OKACOM	Dr. Ebenizário Chonguiça
	ACADIR	Sr. Chipita
	Ministério da Energia e Águas	Dr. Simão Kanda
	Adm. Cachiungo / Huambo	Dr. Daniel Marques
	Adm. Tchicala Tcholohanga	Dr. José Jacques
	Finanças Cuando Cubango	Dr. Albano Fernandes
	Direção Prov.Comércio, Hotelaria e Turismo	Dr. André Bitumbo
	Direção Prov.Comércio, Hotelaria e Turismo	Dr. Albetto Bonito
	GEP (Contratação Pública)	Dra. Helena Chimena
	Serviço de Migração e Fronteiras	Sr. Isildo Machado
	Representante da Comunidade do Cuangar	Sr. Feliciano Paulo
	ACADIR	Sr. Ferreira
	ACADIR	Sr. Américo Filipe
	OKACOM	Sra. Shelly Siluani
	SADC / OKACOM	Sr. Pedro Sakara
	Direção do Ambiente do Cuando Cuango	Dr. Júlio Bravo
	CREDIF	Sr. Bruce Smith
	Consultora	Dr. Rute Saraiva
	IPROCAC	Sr. Chicanho

Temas	<p>Processo da OKACOM, ponto de situação e resultados</p> <p>Plano de Ação Nacional e Plano de Gestão da Captação do Cubango</p> <p>Programa da OKACOM sobre Resiliência perante as alterações climáticas</p> <p>Benefícios da cooperação transfronteiriça em matéria de Água</p>
	<p>Auscultação das populações da Bacia do Cubango</p> <p>"as populações da bacia do Cubango reclamam ações tangíveis."</p>
	<p>Sucessos e insucessos de projetos semelhantes</p> <p>Bacia do Nilo, Sudeste Asiático, América do Sul e América do Norte</p>
	<p>Projetos da Região da Bacia do Okavango</p> <p>Projeto dos Polos de Desenvolvimento Turístico</p> <p>Projeto KAZA TFCA</p> <p>Projetos agrícolas sustentáveis</p> <p>Projeto "Água para Todos"</p> <p>Projeto de exploração de ferro na comuna de Cutato</p> <p>Projeto "Cada Rio com o Seu Povo"</p>
	<p>Sectores Relevantes</p> <p>Energia, Água, Agricultura, Comércio, Hotelaria, Turismo, Sanidade Animal, Vigilância Fronteiriça, Apoio Social e Ambiente</p>
	<p>Desafios da Região da Bacia do Okavango</p> <p>Falta de projetos concretos</p> <p>Análise de prioridades</p> <p>Orçamentos adequados às ações</p> <p>Impactos ambientais</p> <p>Recolha de resíduos sólidos</p> <p>Caça furtiva</p> <p>Cadastramento da população ao longo das fronteiras</p> <p>Necessidade de capacitar as populações a nível ambiental</p> <p>Partilha de boas práticas e intercâmbio de formação</p> <p>Investimento para redução da pobreza e aumento da equidade</p> <p><i>Awereness</i> dos stakeholders</p>

	<p>Empowerment das comunidades</p> <p>Criação de oportunidades para os investidores</p> <p>Utilização dos atores como plataforma de divulgação da informação</p> <p>Desminagem</p> <p>Livre circulação de pessoas e bens na região</p> <p>Sistemas de Ensino e Saúde</p> <p>Segurança Interna</p> <p>Telecomunicações</p> <p>Portos, aeroportos e caminhos de ferro</p> <p>Criação de emprego para os jovens</p> <p>Sensibilização das comunidades rurais para práticas ambientais e de conservação da fauna e da flora</p> <p>Mecanização da agricultura</p> <p>Ordenamento e urbanização do território</p> <p>Sistemas de captação de água</p> <p>Controlo da desmatção</p>
<p>Dificuldades da Região da Bacia do Okavango</p>	<p>Campos minados</p> <p>Vias de acesso por construir</p> <p>Capacitação de quadros locais</p> <p>Produção nacional de bens e serviços insuficiente</p> <p>Falta abastecimento de energia e água nas zonas rurais</p> <p>Legislação sobre conservação da biodiversidade</p> <p>Extração ilegal de minérios e madeira</p> <p>Saneamento básico</p> <p>Escoamento e conservação da produção local</p> <p>Lacunas em termos de conhecimento da Bacia do Rio, distribuição de informação, educação ambiental e articulação dos stakeholders</p> <p>Turismo e Investigação no sul da bacia mais desenvolvidos do que em Angola</p>

	Riscos da Região da Bacia do Okavango	Minas Consequências do Desenvolvimento Poluição Destruição do meio ambiente
	Benefícios da Região da Bacia do Okavango	Abastecimento de água Agricultura, pecuária, silvicultura Promoção de hortas familiares Criação de cooperativas
	Realização de dinâmica de grupo/brainstorming sobre os benefícios versus perigos da utilização dos recursos da bacia do rio, assim como, a análise dos mesmos nas vertentes social, ambiental, económica, financeira e política	

Anexo E. Mapa do KAZA TFCA



Fonte: KAZA TFCA (2016)

Anexo F. Community Based Organizations in KAZA TFCA

INSITUATION TYPE	ANGOLA	BOTSWANA	NAMIBIA	ZÂMBIA	ZIMBABWE	Formado durante a implementação do Programa ATFC KAZA
Conselho da comunidade para recursos				11		2
Conservações			22	1	1	8
Associações		2	1		1	
Florestas comunitárias	1		19			11
Confres comunitárias		28		5		12
CAMPFIRE					7	
Parques de parceria comunitária				1		1
Reserva de peixe			2			2

Fonte: KAZA TFCA (2016)